

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

DILSON CLÁUDIO SODRÉ DA NÓBREGA

A ESCOLA ANGOLANA COMO UM AMBIENTE DE TRANSFORMAÇÃO:

**ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2015 A 2021) PARA O
ENSINO PRIMÁRIO E O CUMPRIMENTO AO ODS 4 DA
ONU AGENDA 2030**

MESTRADO EM EDUCAÇÃO: CURRÍCULO

**São Paulo
2023**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC – SP**

DILSON CLÁUDIO SODRÉ DA NÓBREGA

A ESCOLA ANGOLANA COMO UM AMBIENTE DE TRANSFORMAÇÃO:

ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO (2015 A 2021) PARA O ENSINO PRIMÁRIO E O CUMPRIMENTO AO ODS 4 DA ONU AGENDA 2030

Dissertação de Mestrado apresentado à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação e Currículo, sob orientação do Prof. Dr. Ladislau Dowbor

Prof. Dr. Ladislau Dowbor
Presidente e orientador
PUC/SP

BANCA EXAMINADORA:

São Paulo/2023

“O petróleo, o diamante e os 40 minerais exploráveis, que constituem a riqueza financeira de Angola, são pífios comparados com os recursos humanos do país. E nele requer todo esforço de investimento.”

Dilson C. S. Nóbrega
(Pesquisador em Educação e pai de 4 crianças no ensino primário)

“A Educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o Mundo.”

Nelson Mandela
(Pai da moderna nação sul Africana, líder na luta contra o regime do *apartheid*)

Dedico este trabalho aos meus filhos Hadassa, Asaph, Adiel e Adriel, que desfrutaram menos do meu tempo nesses últimos dois anos, por causa da dedicação à pesquisa. Eles são a inspiração e o combustível porque estão na faixa etária e no sistema educacional analisado nessa pesquisa.

Na condição de bolsista durante o ano de 2020, agradeço a CAPES e ao CNPq pelo apoio financeiro que favoreceu o desenvolvimento desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus pelo dom da vida e pelo cuidado ao longo desta jornada.

A minha linda Esposa, Ermelinda Makiesse Santos Miranda, que é um presente de Deus na minha vida.

Aos meus amigos, que sempre me impulsionam ao crescimento como um acadêmico, Nelson Muendo, Ernesto Feliciano e Tomás Camba.

Aos meus familiares, Manuel Nóbrega (Pai), Julia Ernesto (Mãe), Wilson Nóbrega (irmão), Luqueni Odeth (irmã), Fernandes Nóbrega (irmão), e minha amável Cunhada e amiga Keiziane Oliveira.

Sou grato também a minha comunidade de fé, que sempre ora pela minha vida, e todos os líderes que têm me ajudado nas minhas responsabilidades como um sacerdote religioso.

Aos professores deste programa, por quem nutro admiração e respeito, e que me subsidiaram com seus ensinamentos e posturas profissionais.

Ao professor Dr. Alípio Casali, um grande ser humano, um brasileiro com os pés e coração na África, obrigado pela sua dedicação, inspiração, paciência e por ter lutado triunfantemente as minhas batalhas, nos momentos difíceis quando pensei em desistir, não vendo mais saída me ajudou com sua experiência e bondade. Como falamos em Angola, “que Deus te pague” porque eu não tenho condições!

Ao meu Professor e Orientador, Dr. Ladislau Dowbor, suas aulas de economia mundial foram muito inspiradoras, seu site «dowbor.org» foi como uma segunda sala de aula. Agradeço por tudo que fez por mim. Confesso que o SENHOR despertou em mim uma paixão acadêmica antiga, a Economia como resposta às questões sociais e existenciais.

Finalmente, a todos que direta ou indiretamente participaram para a realização desta pesquisa.

RESUMO

A infância é o momento propício para se desenvolver um processo educativo eficaz na vida das pessoas, desta forma a escola é o ambiente favorável para que isso aconteça. Por isso a proposta deste trabalho é a análise da escola como um ambiente de transformação social, bem como analisar todos os elementos que a constituem, tais como: O professor, o pessoal administrativo, a infra-estrutura da mesma, assim como as famílias de onde essas crianças são provenientes bem como demais órgãos da sociedade civil.

Ao longo deste trabalho focou-se maioritariamente nas escolas Angolanas, porém foi necessário fazer um paralelo com escolas de vários outros lugares do mundo, para que tenhamos parâmetros. É de suma importância entendermos como sociedade que a escola é um espaço de transformação social, e que ao deixarmos de investir nela deixamos de investir na sociedade como um todo. Desta forma o presente trabalho visa refletir a respeito dos investimentos que o governo angolano faz na educação, os impactos que os desvios de fundo causam ao perpetuar uma educação deficitária, identificar problemas e apontar soluções.

Para tal estudou-se o sistema de ensino primário Angolano, seu currículo e livros didáticos assim como as práticas docentes, na sequência analisou-se o perfil do aluno e a sua forma de pensar e de agir sobre o meio a sua volta. Este trabalho foi desenvolvido com alunos, professores, funcionários e pais da comunidade acadêmica de escolas primárias de diversos lugares de Angola, com vista a análise da percepção da infraestrutura, dos investimentos e satisfação dos docentes. O mesmo foi realizado através de pesquisa qualitativa, analisando documentos oficiais do Ministério da Educação de Angola, os planos curriculares, as práticas docentes, assim como a análise de questionários aplicados aos participantes. Foi utilizada entrevista semiestruturada como técnica de coleta de informações e realizada caracterização dos entrevistados, onde foram colocados os sujeitos de pesquisa e suas delimitações de forma criteriosa.

Palavras – Chave: Orçamento Geral do Estado; Ensino primário; Educação de qualidade; Políticas públicas; Educação em Angola.

ABSTRACT

Childhood is the right time to develop an effective educational process in people's lives, so the school is the favorable environment for this to happen. Therefore, the proposal of this work is to analyze the school as an environment of social transformation, as well as analyzing all the elements that constitute it, such as: The teacher, the administrative staff, its infrastructure, as well as the families where these children come from as well as other organs of civil society.

Throughout this paper we have focused mainly on Angolan schools, but it is necessary to draw parallels with schools in other parts of the world in order to have parameters. It is of utmost importance that we understand as a society that school is a space for social transformation, and that by failing to invest in it we fail to invest in society as a whole. In this way the present work aims to reflect on the investments that the Angolan government makes in education, the impacts that the deviations of fund cause to perpetuate a deficient education, identify problems and point solutions.

To this end, the Angolan primary education system was studied, its curriculum and textbooks as well as teaching practices, following an analysis of the student's profile and their way of thinking and acting on the environment around them. This work was developed with students, teachers, employees and parents of the academic community of primary schools in various parts of Angola, in order to analyze the perception of infrastructure, investments and satisfaction of teachers. It was carried out through qualitative research, analysing official documents from the Angolan Ministry of Education, the curriculum plans, the teaching practices, as well as the analysis of questionnaires applied to the participants. It was used semi-structured interview as a technique for collecting information and performed characterization of the interviewees, where the research subjects and their delimitations were placed in a careful manner.

Key-words: General State Budget; Primary education; Quality education; Public policies; Education in Angola.

SIGLAS

BM – Banco Mundial;
CIC – Centro Infantil Comunitário;
CUNESCO – Comissão Nacional para a UNESCO CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;
EP – Ensino Primário;
IBEP – Inquérito sobre o Bem-Estar da População;
INE – Instituto Nacional de Estatística;
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo;
MED - Ministério da Educação;
NMSE – Novo Modelo de Sistema de Educação ODM- Objetivos do Desenvolvimento do Milênio;
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; OGE – Orçamento Geral do Estado;
PAAE – Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar; PAEP- Programa de Apoio ao Ensino Primário;
PAN-EPT – Plano de Ação Nacional de Educação para Todos PERA- Plano Estratégico para a Revitalização da Alfabetização;
QAD – Quadro de Ação de Dakar;
VIH e SIDA- Vírus de Imunodeficiência Adquirida.

INTRODUÇÃO 8

1. A ESCOLA ANGOLANA COMO AMBIENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA NAÇÃO;	11
1.1. PANORAMA CONTEXTUAL DE ANGOLA	11
1.2. A GESTÃO ESCOLAR NA VISÃO DO DIRETOR	16
1.2.1 O FUNCIONAMENTO ORGANIZACIONAL	16
1.2.3 O DIRETOR DA ESCOLA	19
1.2.3.1. DIRETOR/ SUA NOMEAÇÃO	20
1.2.3.2 COMPETÊNCIA DO DIRETOR:	21
1.3. O PROFESSOR COMO UM AGENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA NAÇÃO;	23
1.4 INFRAESTRUTURA.	27
1.4.1 CONTEXTO ECONÔMICO E SOCIAL DE ANGOLA	27
1.4.2 ORÇAMENTO PARA INFRAESTRUTURA	35
2. A RELAÇÃO ESCOLA E A CRIANÇA	36
2.1 LEIS QUE GARANTEM O APRENDIZADO DA CRIANÇA ;	36
2.2. LEI DE PROTEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA (LEI 25/12)	43
LEI SOBRE A PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA - CAPÍTULO I	45
DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	46
2.2 A MERENDA ESCOLAR;	47
2.3 O TRANSPORTE ESCOLAR;	49
3. A FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL	50
4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO E ACORDOS INTERNACIONAIS PARA O FOMENTO, DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DE QUALIDADE	52
4.1. OGE 2015-2021	52
OGE 2017	55
4.2. O IMPACTO DO OGE 2015 A 2021 NA INTEGRALIDADE EDUCACIONAL DA CRIANÇA NO PRIMÁRIO.	57
4.3. MONITORAMENTO E COMPARAÇÃO.	57
4.4. DESENVOLVIMENTO SOCIAL	60
COLETA E ANÁLISE DOS DADOS	63
ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DAS ENTREVISTAS	64
TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA 1: LUBANGO	65
ENTREVISTA 2 - COM DR. ANDRÉ VALENTIM NOME: ANDRE DE CARVALHO VALENTIM	81
ENTREVISTA 3 - COM MARIA HELENA DOS SANTOS	83
ENTREVISTA 4 - UM ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO (PAI OU MÃE DE CRIANÇA); SOFIA YOLANDA SANTOS MIRANDA DORIO - MÃE DE JAELE DORIO DE 4 ANOS DE IDADE - KILAMBA - LUANDA	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
BIBLIOGRAFIA	92

INTRODUÇÃO

Inclusão sem condição ainda é exclusão.

A Educação primária em Angola enfrenta desafios que vão além da escassez de recursos destinados ao ensino. Há uma violência simbólica e real praticada pelo poder público quando, na forma da lei, estabelece que todas as crianças devem ter acesso público, gratuito e de qualidade ao ensino, deixando de garantir, na prática, as condições para que tal pretensão se transforme em realidade. Isto pode ser facilmente avaliado na falta de incentivo aos agentes da educação, e da infraestrutura capaz de abrigar de forma adequada a criança.

O ensino público Angolano está banalizado pela falta de orçamento direto para as escolas, dos recursos aprovados na Assembleia Nacional. Nas palavras dos diretores das escolas entrevistados para a presente pesquisa, esses recursos fazem “um caminho tão longo” que nunca chegam à escola, transformando necessidades básicas, como a limpeza da escola, em um obstáculo a ser transpassado pela gestão local, com ajuda dos profissionais da educação e dos familiares dos estudantes. Outra manifestação da violência institucionalizada é a constatação de que famílias pobres não têm condições de enviar seus filhos à escola devido à distância e à falta de recursos para pagar, diariamente, os serviços da *kupapata*¹ para transportá-los até a escola; e muito menos condições de oferecer merenda para que seus filhos se alimentem nos intervalos das aulas.

Além disso, para que as crianças tenham acesso à escola, é exigido na matrícula que os encarregados de educação, portanto os pais, levem as cédulas de identidade das crianças para garantir a vaga. Desconsidera-se, por exemplo, que em muitas regiões afastadas, em especial no interior de Angola, o poder público não consegue oferecer o documento de identidade à população, pois a administração é centralizada na capital e, por isso, muitas vezes, a falta de material, que vem de outras regiões e até de fora do país, dificulta as províncias de oferecerem gratuita e abundantemente esses serviços. E dada a exigência de apresentar o documento, a ausência desse serviço gera automaticamente o bloqueio do acesso da criança à escola.

Outro relato dos entrevistados também apresenta como obstáculo à qualidade do ensino primário, a política pública de superlotar sala de aulas com até 80 alunos, uma tentativa de maquiar a evasão escolar que, a médio e longo prazos, mostra-se uma estratégia fadada ao fracasso, pois a

¹ Motocicleta usada para transporte pago de carga ou pessoas; mototáxi.

combinação de um professor mal assalariado e uma sala de aula superlota impede ou dificulta fortemente o processo de ensino e aprendizagem. Sem esquecer os erros nos materiais didáticos.

Na avaliação e não apenas dos agentes diretos de educação, mas também de seus observadores, como Guilherme Silva, presidente do Sindicato de Professores (SINPROF), Angola está longe da “*qualidade da educação*”, conforme afirmou durante a abertura da I Conferência Nacional do Sindicato, “Educação de Qualidade”

Estamos longe da qualidade [na Educação], porque ainda temos muitas crianças na 6ª classe que mal sabem ler ou escrever devido a políticas públicas erradas e mal concebidas, que devem ser corrigidas. (13/07/2021, Jornal de Angola)

De outro lado, para haver um avanço significativo na qualidade de educação no país precisa haver boa vontade política, manifestada no aumento do investimento financeiro e na gestão e supervisão destes recursos, ao ponto que o percentual do Orçamento Geral do Estado (OGE), aprovado na Assembleia Nacional e destinado à educação gere um impacto positivo e verdadeiro na vida e família das crianças. Outrossim, é necessário também que Angola cumpra os acordos internacionais a que se submete, de maneira que os parceiros sintam a confiança e a segurança de continuar a investir e financiar a educação e outros setores públicos do país.

A presente pesquisa identifica os impactos do Orçamento Geral do Estado, entre 2015 e 2021, no subsistema Ensino Primário em Angola, avalia o avanço (mais investimentos públicos, maior abrangência de idades, menos evasão) e a qualidade (melhor formação docente, rendimento dos alunos, envolvimento nos problemas locais) da Educação, conforme o quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), da qual Angola é um dos países signatários.

Para tal, foram realizadas três entrevistas semiestruturadas como técnica de coleta de informações, realizada a caracterização dos entrevistados, onde foram colocados os sujeitos de pesquisa e suas delimitações de forma criteriosa. O objetivo é analisar como a Escola surge em Angola, confrontando a perspectiva do professor como um agente de transformação em um país onde permanecem graves problemas de infraestrutura que chegam a inviabilizar o acesso à Educação ou a prejudicar fortemente a sua qualidade. Questões que permeiam tanto os depoimentos de profissionais do setor da educação angolana, analisados neste estudo; quanto os dados relativos sistema educacional do país, em particular, após a Guerra Civil, em 2002.

No primeiro capítulo, nós iremos apresentar a escola como ambiente de transformação da sociedade, observando em primeira mão a gênese do fazer “*escolar*” atual e propostas de como ela pode atuar como um organismo que gera vidas mudadas para o desenvolvimento da nação. Nesta análise, abordaremos o papel de agentes de fundamental participação, como é o caso da figura do gestor escolar, que coordena a infraestrutura, e o funcionamento geral da escola e responde por lá na administração municipal ou estadual. O Professor é o principal personagem neste processo de transformação da criança, veremos na base de relatos originais como essa figura inspira, motiva e impulsiona o aluno ao crescimento, fechando o primeiro capítulo, falaremos da infraestrutura.

No segundo capítulo, nosso foco está na relação criança e a escola, este vínculo gera diversas experiências para a criança, algumas boas e outras nem tanto. O processo de aprendizado se dá nessa relação, uma criança agredida pelas vulnerabilidades sociais que assolam sua família não terá condições de entender uma simples operação de multiplicação ou divisão.

No terceiro capítulo, nos resta observar a questão da família desta criança, entender a família é entender a criança com que trabalham os pais de nossos alunos? qual sua realidade de vida, qual seu contexto, etc

No quarto capítulo, buscamos entender as políticas públicas e internacionais que permeiam este tema. Angola tem assinado alguns acordos importantes que, se colocado em prática na integra diminuiria o abismo educacional da criança angolana em comparação com as crianças de mesma idade de outras regiões do continente africano. +Sem esquecer que também somos signatários da agenda 2030 da ONU, que também garante a qualidade da educação das crianças para combater a pobreza, a fome etc.

Nosso quinto e último capítulo apresenta transcrição das entrevistas com os agentes da educação que esta pesquisa teve acesso. Professores, Gestores escolares que atuam em regiões diferentes do país.

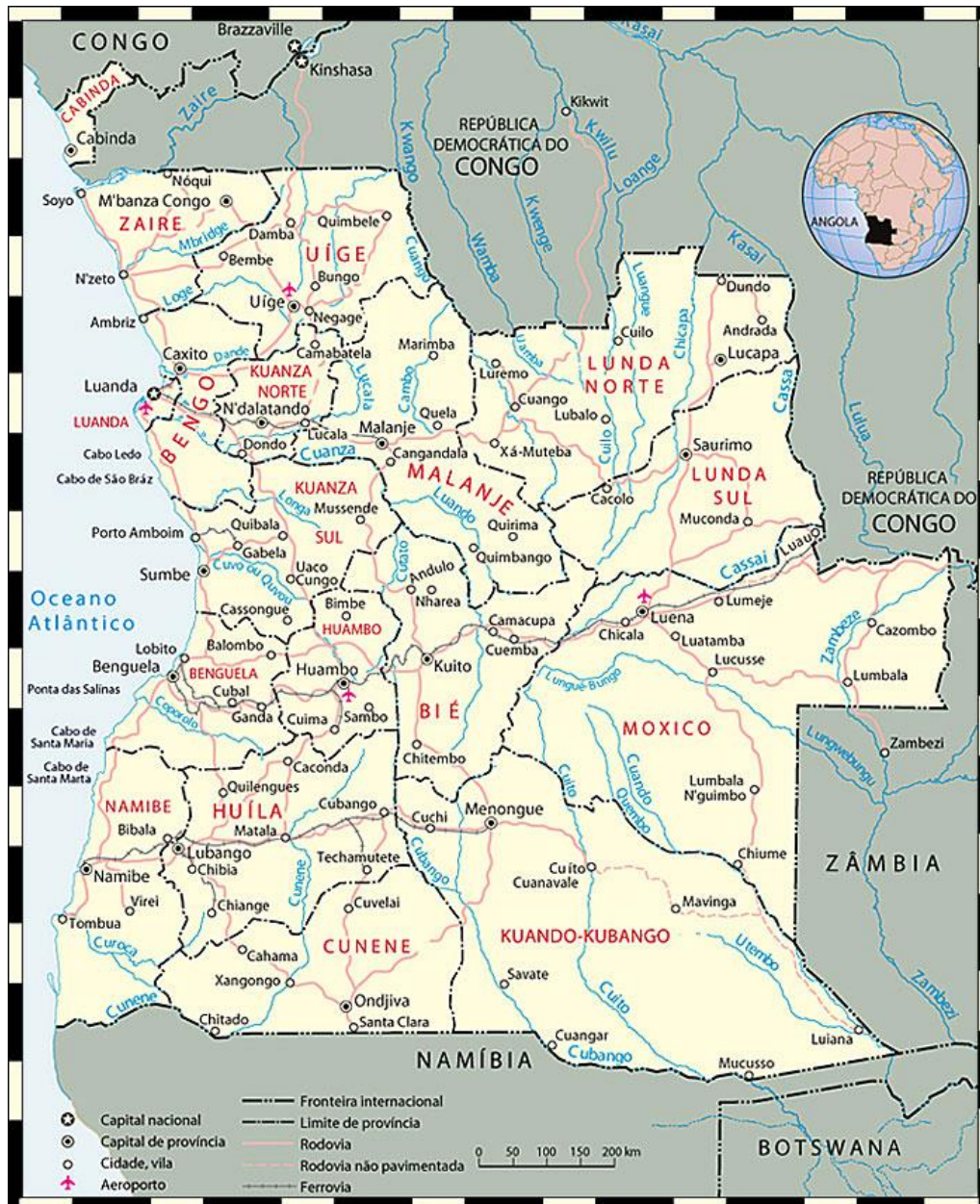
1. A ESCOLA ANGOLANA COMO AMBIENTE DE TRANSFORMAÇÃO DA NAÇÃO;

1.1. Panorama Contextual de Angola

A República de Angola está localizada na costa oeste, ao Sul do continente africano. Independente desde 11 de novembro de 1975, do ponto de vista econômico, o país é o 3º maior produtor de diamantes da África, uma posição que poderá mudar com a descoberta do maior diamante já encontrado nos últimos 300 anos, anunciado pela Companhia Australiana de Mineração “*Lucapa diamond*”, em 27 de junho de 2022. Batizada “*lulo Rose*”, em português Rosa de Lulo, devido ao lugar em que foi encontrada, a pedra preciosa tem 170 quilates. Seu valor ainda não foi divulgado, mas já foi anunciado que ela será vendida num leilão internacional pela Companhia Estatal de Angola. O país é ainda o 2º maior produtor de petróleo da África, com uma produção diária de 1,62 milhões de barris, segundo a OPEP [1]. Não é em vão que muitos o chamam de “paraíso do Petróleo”. É também o 5º país africano com maior reserva de gás natural, e pesquisas apontam a existência de pelo menos 42 minerais no solo angolano.

Tamanha riqueza, porém, não é distribuída de modo a atender direitos básicos, como o direito à Educação de qualidade, o quarto objetivo das Agenda de 2030 das Nações Unidas, aos mais de 33,9 milhões de angolanos divididos em 18 províncias:

Figura 1: Mapa de Angola, com a distribuição territorial das províncias.



Disponível em: <https://www.embangola.at/dados.php?ref=sobre-angola> Acesso em 19.01.2023

Ex-colônia de Portugal, como no Brasil, o português é a língua oficial de Angola, lá, porém, são falados 37 dialetos, dos quais sete se tornaram língua nacional:

Tabela 1. Distribuição das províncias e suas línguas nacionais

PROVÍNCIA	LÍNGUA NACIONAL
Cabinda	Ibinda
Zaire e Uíge	Kikongo
Malanje, Kwanza-Norte, Bengo e Luanda	Kimbundu
Moxico, Lunda-Norte e Lunda-Sul	Tchokwe
Bié, Huambo, Kwanza-sul, Benguela, Huíla e Namibe	Umbundu
KuandoKubango	Ngangela
Cunene	Kwanhama

Uma riqueza natural e linguística que convive com os desafios de um sistema educacional que surge após a Independência, em 1975, em meio a uma Guerra Civil que duraria entre 1975 até o dia 4 de Abril de 2002). Confira abaixo alguns dados gerais do país, extraídos do *site* do consulado angolano na Áustria [1], Banco Mundial e revista angolana “Expansão”:

Tabela 2. Dados Gerais da República de Angola

Nome Oficial:	República de Angola desde	Colonizada pelos portugueses entre tal e tal
Capital	Luanda	Antes era o Huambo;
Sistema de Governo:	Presidencialista Presidente atual - nome, partido	-
Religião:	● 93,4% Cristianismo (Maioria católica; batistas entre os Bakongos; metodistas entre os Umbundos; congregacionais entre os Ovimbundos; adventistas, neo Apostólicas, neo pentecostais de influência brasileira e tokoistas e kimbanguistas de influência congoleza); ● 1% Ateísmo; ● 5,6 % Outros;	
População	● 33.933,611 milhões de habitantes (2021) ● Expectativa de Vida: 64.38 anos (mulheres), 58.74 anos (homens);	
IDH	0.581 (médio); - 148º País	Ano de Referência: 2019
Moeda	Kwanza	Abreviatura: AKZ
PIB	USD 62,31 Bilhões	Per capita:

Riquezas	● Petróleo. Diamante. Gás. ● Café, Milho, Algodão, Madeira, Amendoim, etc	
Dívida Externa (USD) *:	● China (15 milhões); ● Reino Unido (13.045,3 milhões); ● EUA (3.011,6 milhões); ● Israel (2.183,8 milhões); ● Costa do Marfim (1.297,2 milhões)	Fonte: BNA[1]
Vínculos Internacionais	● Estados da África, Caribe e Pacífico - ACP; ● Comunidade Económica dos Est. da África Central - CEEAC; ● Fundo Monetário Internacional - FMI; ● Org. Países Exploradores de Petróleo - OPEP; ● Organização das Nações Unidas - ONU; ● Comunidade de Desenvolvimento da África Austral - CDAA;	

Fonte: dados do *site* do consulado angolano na Áustria [1], do Banco Mundial e da revista angolana “Expansão” [2]

«[https://expansao.co.ao/angola/interior/cada-angolano-deve-1595-usd-ao-estrangeiro-so-a-china-sao-675-usd-](https://expansao.co.ao/angola/interior/cada-angolano-deve-1595-usd-ao-estrangeiro-so-a-china-sao-675-usd-106539.html#:~:text=Os%20valores%20da%20d%C3%Advida%20quase,112%20milh%C3%B5es%20USD%20ao%20BA)

[106539.html#:~:text=Os%20valores%20da%20d%C3%Advida%20quase,112%20milh%C3%B5es%20USD%20ao%20BA](https://expansao.co.ao/angola/interior/cada-angolano-deve-1595-usd-ao-estrangeiro-so-a-china-sao-675-usd-106539.html#:~:text=Os%20valores%20da%20d%C3%Advida%20quase,112%20milh%C3%B5es%20USD%20ao%20BA)»

1.2. A Gestão Escolar na visão do Diretor

Antes de nos debruçarmos sobre as complexidades da função do diretor da escola primária, precisamos apresentar um resumo do funcionamento organizacional e legal (legalidade) da Escola pública no geral em Angola.

1.2.1 O Funcionamento Organizacional

A informação recolhida no documento oficial do Conselho de Ministros de 2001, intitulada *Estratégia Integrada para Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015*, aborda as questões de administração e gestão do sistema de ensino e dos estabelecimentos de ensino, bem como as questões ligadas às ações de construção, reabilitação, manutenção, apetrechamento das instituições, definidas no Decreto do Conselho de Ministros nº 11/95 de 5 de Maio como investimentos público.

Define também neste documento as competências de cada setor de educação;

- a. Competência Central;
- b. Competência Provincial;

Central - É da competência exclusiva do Ministério da Educação e Cultura, à gestão do sistema de ensino em termos normativos, pedagógicos e de gestão escolar. É também competência do Ministério, a orientação metodológica, controle, acompanhamento e estabelecimento de normas, programas e procedimentos referentes à execução da política aprovada sobre a educação e ensino.

Provincial - Com aprovação do Decreto-lei nº 17/99, de 29 de Outubro, que estabelece a orgânica dos Governos Provinciais e das Administrações Municipais e das Comunas, visando a descentralização administrativa, passou para a dependência direta dos Governos Provinciais as atribuições das ex-delegações Provinciais de Educação. A gestão dos estabelecimentos de ensino de base do I e II níveis (comporta as 1^a, 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a classes) é da competência do Governo das Províncias. No que se refere aos I e II níveis de Ensino de Base cabe ao MEC, a orientação Metodológica. Quanto aos institutos públicos, porque estes se regem por diplomas próprios, ao governo da província cabe acompanhar, apoiar e orientar a atividade das representações dos institutos nos termos da lei (artigo 2º, alínea h, do Decreto Lei nº 17/99 de 29 de Outubro).

As Escolas do I Ciclo do Ensino secundário em Angola conta com uma divisão em três órgãos para o funcionamento da Escola:

- a. A direção;
- b. O Apoio;
- c. O Executivo;

A Direção	Apoio	Executivo
1.Conselho de Direção; 2.Conselho Pedagógico	1.Conselho de Direção; 2.Coordenação Pedagógica; 3.Comissão de Pais e Encarregados de Educação; 4.Gabinete Psicopedagógico;	1.Coordenação do Desporto Escolar e Educação Física; 2.Coordenação de Círculos de Interesse; 3.Coordenação de Turno; 4.Coordenação de Turma; 5.Coordenação de Classe/Áreas de Conhecimento; 6.Secretaria.

Fonte: Decreto presidencial nº 17/11 de 11 de Janeiro.

1.2.2. O modelo de gestão da escola pública em Angola

A Escola Pública em Angola é estruturada em função da Lei de base do Sistema de Educação e Ensino, aprovada em Assembleia Nacional, conforme referido no ponto anterior. Tendo em conta os princípios regentes na referida Lei nº 17/16, que estabelece os princípios e as bases gerais do sistema de educação e ensino, estrutura o subsistema do ensino geral em: a) Ensino Primário; b) Ensino Secundário (Art. 26º). O ensino primário integra três ciclos de aprendizagem, compreendendo 2 (duas) classes para cada ciclo é organizado da seguinte forma:

- a. 1ª e 2ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuada na 2ª classe;
- b. 3ª e 4ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos do ciclo efetuada na 4ª classe;
- c. 5ª e 6ª classes, sendo a avaliação final dos objetivos pedagógicos efetuados na 6ª classe.

As crianças com idades compreendidas entre os 12 (doze) e 14 (catorze) anos que não tenham concluído o ensino primário, beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos (Art. 28º). A Organização do Ensino Secundário Geral compreende dois ciclos de 3 (três) classes cada e organiza-se da seguinte forma: O I ciclo do Ensino Secundário Geral compreende a 7ª, 8ª e 9ª classe e é frequentado por alunos de 12 (doze) aos 14 (catorze) anos de idade;

a) O II ciclo do ensino secundário geral compreende as 10^a, 11^a e 12^a classes e é frequentado por alunos dos 15 (quinze) aos 17 (dezesete) anos de idade.

As crianças e os jovens com idades compreendidas entre os 12 (doze), 14 (Catorze) e 17 (Dezassete) anos que não tenham concluído o I ciclo do ensino secundário beneficiam de programas específicos de apoio pedagógico para permitir a sua conclusão e os que ultrapassam essa idade devem ser enquadrados no ensino de adultos. (Art. 31º) Com base no decreto presidencial nº 16/11, sobre o estatuto do subsistema de ensino geral, no seu Art. 35º, tendo em conta a tipologia das escolas do ensino geral, podem ter os seguintes órgãos:

- Órgãos de Direção;
- Órgãos de apoio;
- Órgãos executivos;

No seu Art. 36º São órgãos de Direção da escola primária, os seguintes:

-.As escolas primárias com menos de 500 alunos são dirigidas por um professor de uma das turmas que assume a função de Diretor;

-. As escolas primárias com mais de 500 alunos são dirigidas por um diretor que deve ser dispensado de lecionar;

- As escolas primárias com mais de 1000 alunos são dirigidas por um diretor e um subdiretor pedagógico;

O artigo 30:

a) As escolas primárias e secundárias do tipo previsto nas alíneas

b) e c) do artigo 36º são dirigidas por um diretor coadjuvado por dois subdiretores, sendo um pedagógico e um administrativo. Constituem órgãos de direção das escolas do ensino secundário, os seguintes:

- a) Diretor;
- b) Subdiretor Pedagógico;
- c) Subdiretor Administrativo.

Sem prejuízo da criação de outros que venham a tornar-se necessários, são considerados órgãos de apoio à direção, segundo o Art. 38º:

- a) Conselho de Direção;
- b) Coordenação Pedagógica;
- c) Comissão de Pais e Encarregados de Educação;
- d) Gabinete Psicopedagógico.

São considerados órgãos executivos das Escolas do Ensino Geral no Art. 39º os seguintes:

- a) Coordenação do Desporto Escolar e Educação Física;
- b) Coordenação de Círculos de interesse;
- c) Coordenação de turno;
- d) Coordenação de turma;
- e) Coordenação de classe/ áreas de conhecimento;
- f) Secretaria

1.2.3 O Diretor Da Escola

A figura do diretor da escola é sem dúvida considerada a como o coração e a alma da escola, pois por meio de sua presença, positiva ou negativa, teremos uma unidade de ensino atuante, motivada, com maior participação da comunidade escolar, preocupada em construir um ensino de qualidade para os seus estudantes (Fortunati, 2007).

“o diretor escolar é o líder, mentor, coordenador orientador principal da vida da escola e todo o seu trabalho educacional, não devendo sua responsabilidade ser diluída entre todos os colaboradores da gestão escolar, embora possa ser com eles compartilhada” Luck (2009, p. 23).

1.2.3.1. Diretor/ Sua Nomeação

De acordo ao decreto presidencial nº 16/11 que aprova o estatuto do subsistema do Ensino Geral, as considerações em relação à nomeação dos titulares de cargos de direção, esclarece o seguinte:

Art.º 42:

1- Os titulares dos cargos de Direção das Escolas do Ensino Geral, do Ensino Primário e do I e II Ciclos do Ensino Secundário são nomeados em comissão de serviço, pelo governador da Província, por proposta do Diretor Provincial da Educação por um período de 3 anos renováveis por iguais períodos;

2- O recrutamento para o exercício dos cargos de direção dos estabelecimentos de ensino geral deve obrigatoriamente recair sobre um docente efetivo, a trabalhar em tempo integral, que possua a categoria mais alta dentro da instituição e pelo menos cinco anos de bom e efetivo serviço;

3- Os titulares de cargos de direção tomam posse do seu lugar perante o Governador Provincial;

4- Os titulares de cargos de direção são exonerados pelo Governador Provincial.

Art.º 43:

1- Os titulares dos órgãos de apoio e executivos equiparam-se para efeito de remuneração aos titulares de cargos de chefia.

2- A nomeação dos titulares dos órgãos de apoio e executivos é da competência do Diretor Provincial da Educação, por proposta do Diretor da escola. Os titulares de cargos de Direção e chefia das escolas de ensino geral, no seu Art. 12º do (Ministério da Educação, 2006), têm direito a:

- Ter suplemento remuneratório de 5% sobre o salário base, nos termos do constante das tabelas indiciárias salariais;

- Ter facilidades para sua superação e acesso aos níveis de ensino subsequente;
- Ser avaliado no seu trabalho;

- Ser promovido a novas responsabilidades de acordo com as normas e requisitos estabelecidos;
- Ser reconduzido no cargo, sempre que o seu desempenho o justifique; Receber o seu salário em tempo oportuno.

Segundo o decreto presidencial a nomeação do diretor escolar é responsabilidade do executivo provincial nomeadamente na figura do governador da província. diferente de modelos educacionais que essa função é desenvolvida por meio de concursos públicos que define requisitos que contemplem competências de gestão, inovação, e alta formação pedagógica. desta forma a nomeação deste profissional fica alheia a vontade política e assim a gestão educacional é desenvolvida de forma técnica.

1.2.3.2 Competência do diretor:

Aos diretores, para além de serem responsáveis perante o órgão de tutela da gestão pedagógica, administrativa, financeira e patrimonial da escola, compete ainda (Ministério da Educação, 2006):

- a) Aplicar e fazer cumprir, rigorosamente na escola as diretrizes do Ministério da Educação;
- b) Presidir ou delegar a presidência, às reuniões na escola;
- c) Coordenar todas as atividades ligadas à vida escolar;
- d) Representar ou delegar a representação da escola em todos os atos oficiais;
- e) Abrir correspondência confidencial e despachar todo o expediente relacionado com a mesma;
- f) Informar correta e periodicamente às estruturas competentes do Ministério da Educação do andamento do trabalho e vida da instituição;
- g) Estar em contacto estreito com os alunos e trabalhadores da escola exercendo sobre eles a sua Ação educativa;
- h) Manter a disciplina dentro da escola, esgotando sempre os meios de persuasão ao seu alcance;

- i) Providenciar no sentido de que haja uma estreita convivência e colaboração entre a escola e as famílias ou encarregados de educação dos alunos;
- j) Cumprir e fazer cumprir todas as orientações que lhe venham a ser dadas superiormente;
- k) Cumprir e fazer cumprir o regulamento geral das escolas, o plano de estudo, o calendário escolar, o horário e outros normativos que regulam a atividade da escola;
- l) Aplicar a política educacional traçada pelos órgãos correspondentes ao Ministério da Educação;
- m) Colaborar com a comissão de pais e encarregados de educação, ONG's Igrejas e outros parceiros
- n) busca de soluções funcionais e aplicáveis nos diferentes domínios do trabalho da escola;

Alguns dos diretores com quem conversamos destacam a dificuldade da burocracia do ponto de vista das necessidades diárias da escola. Como reformas, pinturas, conserto de rachaduras e outros. Ali o diretor como responsável escolar, se vê em uma posição delicada porque os encarregados de educação, os professores e os alunos cobram daquele que detém a maior responsabilidade pela organização. O Dr. Oliveira Dom Miguel diretor da escola Colégio 915 no município da matale, verbaliza esse sentimento nas seguintes palavras:

O ensino público continua banalizado porque, não há incentivo da parte do Estado para que ela funcione, as escolas funcionam sem orçamento, carteiras velhas e destruídas, temos colocado 2(dois) alunos em uma única carteira, tem vezes que temos que negar a matrícula de novos alunos porque não há espaços disponíveis na escola, outras vezes temos que aceitar matricular crianças por pressão política e esse cenário tem contribuído para a evasão escolar.

Este relato acima, apresenta a ineficiência do Estado para com a gestão da escola pública, revelando assim a necessidade de um processo mais democrático e inclusivo do orçamento e da prestação de contas dos recursos destinados à educação de crianças.

A administração municipal como órgão que detém o orçamento, que por sua vez, recebe do governo do estado, deve estar perto das escolas e em contato com os diretores escolares para discutir a aplicação destes recursos de forma atender as prioridades das escolas públicas, em especial as questões que envolvem, a infraestrutura, carteiras escolares, merenda, transporte escolar e os incentivos aos profissionais de educação.

O diretor escolar precisa ser amparado pela administração local para que possa prestar um serviço adequado às crianças. Muitas das escolas relatam que seu funcionamento depende em grande parte dos sacrifícios que os diretores, professores e encarregados fazem para que as crianças não fiquem desguarnecidas.

1.3. O professor como um agente de Transformação da Nação;

“A educação para o pobre é o instrumento de resistência”

Paulo Freire

A Educação é a base para a transformação do indivíduo, não se trata de transferir conhecimento apenas, é apropriação do conhecimento. Não é ensinar apenas a ler e a contar, mas sim, ensinar a viver. Um professor em contexto angolano enfrenta desafios peculiares, que exigem dele uma criatividade e um altruísmo para exercer sua vocação de iluminar e transformar o imaginário da criança, de forma transformacional.

Muitos podem ser estes desafios em campo, porém pretendemos destacar abaixo os desafios pontuados e debatidos pelos entrevistados da pesquisa.

O primeiro desafio que o professor angolano do ensino primário enfrenta é o *piso salarial baixo*. Em Angola, os professores dizem que trabalham sem ânimo algum porque o salário é insuficiente para a manutenção do profissional. Em 2018, reportagem do site português *Voa*² trazia um comparativo entre o salário de deputados (497.000 AKZ) e o salário dos professores (49.000 AKZ), sendo que este último representava 10% do salário líquido dos deputados, sem incluir os benefícios (moradia, saúde, carro, passagens etc.). Na mesma matéria, o jornalista Coque Mukuta traz a citação de uma professora que representa bem essa realidade:

Estou sem palavras, devo dizer que isso não é salário é apenas um estímulo que não serve para nada – Rita Damião, professora do 6º do ensino primário angolano. (Voa, 10/04/2020)

Rita Damião não foi a única professora a expressar esse sentimento de desamparo frente à remuneração salarial na reportagem. Este diagnóstico não é sobre o “preço” do professor e sim sobre

² Reportagem do jornalista Coque Mukuta, disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/professores-angola-deputados-salarios/4340763.html> . Acesso em 14.12.2022

o "valor" que se dá ao professor. Uma sociedade que não valoriza seus mestres compromete violentamente o futuro da nação.

O ex-professor de matemática da Escola Vila da Chibia, Mwene Vunongue relata seu desapontamento em relação ao salário baixo, o que lhe leva a abandonar a docência do ensino primário em definitivo nas seguintes palavras:

Sempre pensei em educação e tudo ao meu alcance fiz para viver, sonhar e acordar em educação. Fiz dela a minha maior rebeldia para conseguir transmitir a esperança à perto de 200 crianças que passaram por mim anualmente. Jurei servir Angola por intermédio da educação independente dos obstáculos. Em 2018 um dos meus filhos ficou doente de tuberculose e foi ali que descobri que a educação não estava preparada para ajudar, tivemos de viver de doações para comprar de medicação e alimentação. Já em 2020 fui diagnosticado com hipertensão, tive de me deslocar para a capital (luanda), fazer vários exames médicos que me custaram muito dinheiro, mais uma vez salário da educação se revelou insuficiente até mesmo para compra de uma lâmina de diurético sem sacrificar os alimentos de meus filhos, isto me levou a mais dura conclusão de uma esperança moribunda: Eu não fiz voto de pobreza, por isso entreguei a minha carta de licença ilimitada sem perspectiva de retorno para a educação, vou escolher outra forma de sofrer”

O relato de Vunongue é de uma tristeza avassaladora porque revela um amor, criatividade e uma mente aberta para repartir e iluminar os pequenos, com a visão de mundo que se tem acesso, porém a violenta realidade da escassez, o leva a dureza decisão da desistência da docência. Temos, portanto, um professor criativo, apaixonado pelo que faz, vencido pela remuneração baixa.



O segundo desafio diz respeito à *logística do profissional* da educação e seu deslocamento até a escola a qual foi convocado a lecionar. Muitos narram não haver um cuidado, por parte do Ministério da Educação, em separar os professores de acordo com seus endereços, como acontece no Brasil com as diretorias regionais de ensino. Isto faz com que o profissional se desloque diariamente por quilômetros e sem apoio logístico para enfrentar uma ou várias salas de aulas superlotadas diariamente. Como bem expressa Manuel Rola, professor de Português do II Ciclo de Ensino secundário, na província do Bengo:

Eu ganho 73.000 AKZ mas não chegam para nada porque vivo em Luanda e tenho que ir dar aulas no Bengo, ou seja tenho que pegar táxi e alimentação, por isso não consigo sustentar a família. (Voa, 10/04/2020).

Por mais nobre que seja a vocação, por mais apaixonado que seja o profissional por sua atividade, um péssimo salário afeta na produtividade, na entrega diária do indivíduo em sua ocupação. A maneira como o capitalismo selvagem vê a escola, inicialmente como um lugar que os filhos dos operários ficam enquanto seus pais trabalham nas fábricas, por longas horas, e no final do dia, retiram seus filhos apenas para irem dormir no mesmo espaço, para seguir assim a mesma rotina no dia seguinte, e novamente no outro dia, durante 5 a 6 dias na semana. Outros mais criativos entendem ser necessário ensinar os filhos dos operários a aprenderem a profissão para no futuro servirem os filhos dos donos das empresas/corporações.

O terceiro desafio é que a *formação do profissional* de educação inclusive pensando na inclusão é precária, o currículo é estrangeiro e pouco contextualizado as dores e a realidade do país, não estimula a atualização profissional, nem o motiva em seu labor acadêmico. Além disso, a estrutura é antiga. As salas de aulas estão superlotadas, podemos encontrar em Angola um único professor lecionando para 150 crianças, mesmo que a lei angolana preveja 35 alunos no máximo por salas. O que acontece não é uma aula, mas sim um comício. Não temos programação de atualização e de educação continuada para os professores adequados à necessidade. Essas barreiras contribuem para a ineficiência da educação oferecida à criança angolana.

Vale destacar a experiência de formação de professores realizada em várias escolas de Salamanca (Espanha) e San José e Libéria (Costa Rica), relatada no artigo “uma experiência internacional de formação para professores de inclusão (Revista Lusófona de Educação, ano, pg 13.) de Francisca González-Gil (Doutora em Pedagogia) e Pilar Sarto Martín (Doutora em Ciências da Educação), ambas professoras da Faculdade de Educação da Universidade de Salamanca.

Em todos os casos, o objetivo geral foi favorecer a inclusão e evitar a exclusão educacional. Formar professores nas dimensões inerentes à inclusão. Promover a autoavaliação e a reflexão-ação sobre os procedimentos em cada centro escolar.

Ainda pensando no profissional da educação, Angola precisa formar professores que desenvolvam habilidades que resultem na aplicação efetiva de um modelo educativo que aspira educar cidadãos que se sintam incluídos na sociedade que irão viver. Para isso, deve-se pensar em escolas inclusivas e professores inclusivos.

Diante deste cenário, como o professor pode agir como um agente de transformação?

O trabalho do professor é essencial e imprescindível para impulsionar movimentos em direção à reconstrução da escola atual. Essa reconstrução implica mudanças, reformas, atitudes, pensamentos, idéias, etc.

Importante ressaltar que ainda temos professores que são verdadeiros heróis, que estão entregando suas vidas, saúde e força para diminuir as violências estruturais e transformar a vida de milhares de crianças. Outros, infelizmente, por razões financeiras, terminam migrando para outras áreas do mercado de trabalho, procurando pela sobrevivência.

Mesmo quando o Estado falha, a educação não falha porque existem pessoas que entendem o transmitir vida a outros como uma vocação de vida. Por isso, urge elaborar um currículo para mudar a educação; fomentar a participação ativa de todos; ter altas expectativas para todos; implementar metodologias inclusivas e a reflexão e assunção de novos valores, (re) pensar a organização escolar e os recursos, garantindo assim o sucesso da educação e a transformação da vida de Crianças e famílias.

A realidade do professor mal remunerado, não se restringe às províncias da Huíla e Luanda. nossa pesquisa também procurou profissionais de educação da província do Huambo (Centro Sul do País) e a província do Uíge (Norte de Angola), e a conclusão quanto a este tópico do professor, é que há uma má remuneração de fato, e também qualificação acadêmica inapropriada ou falha.

1.4 INFRAESTRUTURA.

Antes de falar sobre Infraestrutura, devemos falar sobre o cenário econômico do país, para isso, apresento abaixo um panorama do mesmo;

1.4.1 Contexto Econômico e Social de Angola

Pouco tempo após a Independência, Angola viveu uma intensa guerra civil que perdurou cerca de três décadas, terminando em 2002. Dados levantados apontam que cerca de 1,5 milhões de vidas foram perdidas e 4 milhões de pessoas ficaram deslocadas. Muitas crianças foram levadas para a guerra, tornando-se sua testemunha. Crianças prejudicadas, separadas de suas famílias de origem e impedidas de frequentar a escola. Logo após o término do conflito em 2002, o governo angolano entrou com um plano de reabilitação e reconstrução das zonas mais afetadas, centrando-se na consolidação do acordo de paz e no governo da nação, dando maior apoio aos deslocados e refugiados de guerra, melhorando a segurança alimentar do país, desenvolvendo cada vez mais as áreas rurais e a rede de transporte em todo o território de Angola.

Numa segunda fase, a partir de 2005-2010, a prioridade foi com o crescimento da macroeconomia, que vai para além das indústrias de petróleo e diamantes, desenvolvendo as infraestruturas, o investimento social e a consolidação da própria reforma institucional e política.

Segundo o Banco Mundial, desde 2015, o setor petrolífero, que representa um terço do produto interno bruto (PIB) e cerca de 95% das exportações, tinha diminuído significativamente. Já em 2020, à medida que a pandemia da Covid-19 assolou o mundo, o PIB real angolano contraiu 5,5%, atingindo a triste marca de cinco anos de recessão, totalizando um declínio de 9,9% no total do PIB no período.

Em 2021, no entanto, a economia angolana reagiu positivamente com uma recuperação no PIB de 0,2% de crescimento. Acredita-se que com o afrouxamento das restrições relacionadas à pandemia, o setor não-petrolífero foi o responsável por esse crescimento, evitando assim uma nova contração devido à dificuldade de exportar o petróleo na quantidade que se fazia antes da pandemia.

As perspectivas para o presente ano (2022) são favoráveis devido à subida de preços do petróleo e um aumento nos níveis de produção. Infelizmente, Angola ainda é refém do petróleo. Há uma necessidade de investimento na diversificação da economia, especialmente no investimento em

outras áreas da economia, nas palavras do economista Ladislau Dowbor [1], as atividades que geram desenvolvimento da atividade econômica, por setores, são:

- ***Setor de produção material:***

Agricultura

Pecuária

Exploração Florestal

Pesca

Mineração

Construção

Setor privado etc.

- ***Setor de Infraestrutura:***

Transportes

Energia

Telecomunicações

Água

- ***Setor de Serviços de Intermediação:***

Intermediação financeira

Intermediação comercial

Intermediação jurídica

Intermediação da informação

Mercado e regulação Pública

- ***Setor de políticas sociais:***

Saúde

Educação

Cultura e informação

Turismo, lazer e esportes

Habitação Social

Segurança etc.

Apresentadas por Dowbor no livro **Pão nosso de cada dia**: opções econômicas para sair da crise (ed. Autonomia literária, 2021), as áreas acima são, na verdade, uma forma de diversificação da economia de uma cidade ou de um país.

Estas áreas apresentadas são na verdade a grande engrenagem do funcionamento da economia de um país, município ou qual aglomerado social, precisa de prestação de serviços, construção, exploração florestal e outros. Estes serviços retornam para a sociedade através de desenvolvimento Urbano, aumento da qualidade de vida, e riquezas.

Outros caminhos para que Angola deixe de ser refém do petróleo englobam, segundo o relatório 21/17 de Janeiro de 2021 do fundo Internacional monetário;

- Uma política de câmbio flexível;
- Prudência fiscal;
- Gestão adequada da dívida pública internacional, de maneira a diminuir o valor da dívida (reescalonamento);
- Combater a Corrupção;
- Combater o branqueamento de capitais;
- Real Autonomia do Banco Nacional de Angola;
- Leis das instituições financeiras;
- Lei de Responsabilidade Fiscal e outros.

Algumas dessas sugestões apresentadas pelo Banco Mundial e outras organizações que acompanham a economia angolana já têm sido discutidas na Assembleia Nacional, porém precisam ser aprovadas e cumpridas para o avanço econômico do país e o combate das desigualdades no país, promovendo assim um maior acesso e qualidade da educação das crianças.

Um grande vilão de nossa economia é a inflação e a dívida externa, observe abaixo as tabelas que o BNA fornece, para nos ajudar a entender esse cenário.

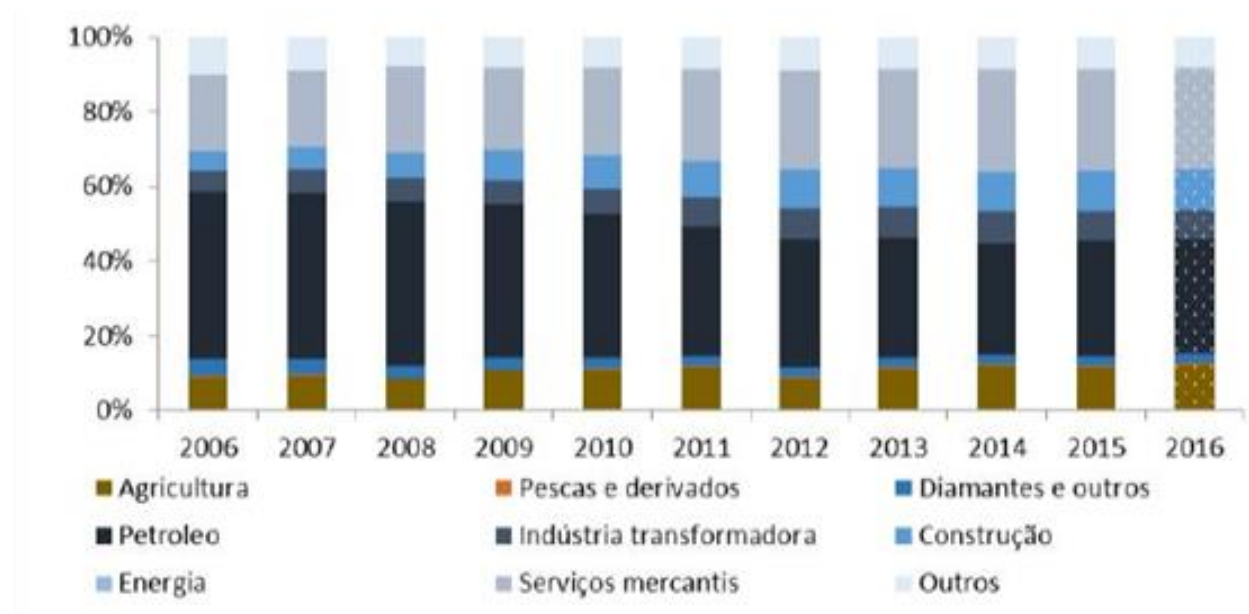


Gráfico 1: Evolução da Estrutura do PIB

Este cenário econômico, ilustrado no gráfico, mostra a pressão sobre os preços, que fez com que a inflação voltasse a subir em Angola. A taxa anual da inflação efetiva foi de 14,27% em 2015 a 41,95% pontos percentuais entre 2003 e 2004 aumentando assim 27,71%.



Gráfico 2: Evolução da Estrutura do PIB

No gráfico 2, demonstra a progressão da queda da inflação até 2014. Já nos dois anos seguintes a tendência de crescimento nos níveis de 2003 e 2004.

Quanto exclusivamente ao petróleo, podemos observar na figura a seguir, o impacto da inflação na comercialização do petróleo, em contrapartida, no preço dos produtos domésticos.



Figura 2: Efeito Econômico da queda do preço do Petróleo [2]

Esses dados são importantes porque revelam a situação econômica, que impacta negativamente no consumo das famílias, e no desenvolvimento sadio de crianças. A queda do preço do petróleo comercializado para o exterior não é apenas assunto dos especialistas da economia ou dos gestores públicos. Mas também da vida doméstica, que por sua vez, lida com a escassez e com o alto preço dos produtos de primeira necessidade.

Para o desenvolvimento interno da economia, o governo João Lourenço desenvolveu 3 programas: Programa de Apoio de Crédito (PAC) para aumento da produção interna dos produtos, que foi reformulado e colocado em vigência através do diário da república no dia 22 de Abril de 2022 [3]; Plano Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM) [4]; e Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PREDESI) [5].

Estes programas desenvolvidos pelo governo demonstram também a distribuição dos alimentos em solo angolano, como podemos ver na figura abaixo.



Figura 3: Distribuição dos alimentos no território angolano.

A seguir, podemos ilustrar a trajetória da inflação em Angola no período de 1999-2016.

O ministério das finanças, decidiu colocar metas de controle anual da inflação, descrita abaixo:

ANO	META DE INFLAÇÃO (%)	META DE INFLAÇÃO AJUSTADA (%)	INFLAÇÃO EFETIVA (IPC % a.a)	META CUMPRIDA?
2011	12%		11,38%	SIM
2012	10%		9,02%	SIM

2013	9%		7,69%	SIM
2014	8%		7,48%	SIM
2015	7%	9%	14,27%	NÃO
2016	11%	38,5%	41,95%	NÃO

Tabela 3: Metas e a Inflação efetiva em Angola de 2011-2016[6]

[1] Economista e Professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor de diversas agências da ONU, governos e municípios.

[2] Fonte: MINFIN/R.FOGE (Revisto)/2016

[3] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/pac/>»

[4] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/piim/>»

[5] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/prodesi/>»

[6] Fonte: Elaboração própria com base em dados do MINFIN, BNA e CEIC/UCAN

1.4.2 Orçamento para Infraestrutura



Figura: Escola primário do Uíge (norte de Angola);

Acima temos como referência, a escola dezesseis na província do Uíge, a nível de estrutura ela conta com:

- a. 7 (sete) salas de Aulas;
- b. 2 (dois) gabinetes;
- c. 5 (Cinco) Banheiros;
- d. 1 (uma) Sala de Professores;

Esta estrutura, assim como podemos ver em fotos em anexos, é tudo que uma criança de 6 anos tem por aproximadamente 9 a 10 anos de estudos/aprendizado.

O ensino público continua banalizado porque não há um grande incentivo da parte do Estado para que ele funcione. As escolas funcionam sem orçamento, por exemplo, em algumas, as cadeiras estão antigas e quebradas, e muitas das vezes o professor é orientado a colocar dois alunos partilhando a mesma cadeira ou a mesma mesa. Outras vezes, a escola chega a negar a matrícula de alunos porque já não há espaço disponível, e mesmo quando aceita o aluno, o faz na perspectiva

política, porque do ponto de vista mais técnico/profissional não funciona, mas como os políticos, às vezes, querem colocar os estudantes no sistema escolar, e evitar que exista um tumulto porque os pais vão reivindicar, então obrigam a incluir esses alunos ao nível da escola.

Assim sendo, há uma necessidade de ressignificação da função social da escola, "um ambiente formador de identidade dos sujeitos históricos que nela convivem na compreensão dos valores, atitudes, sentimentos e emoções que integram o processo de comunicação dos diferentes grupos que nela estão presentes" (Feldmann, 1999).

A Escola globalizada está interligada com fatores que são alheios e conexos com o labor do aprendizado para a criança. Esses fatores como o trabalho, a sociedade, o Estado que é um dos participantes ativos da tarefa educacional, e a Cultura que também tem um papel importante na formação da criança.

2. A RELAÇÃO ESCOLA e a CRIANÇA

A Escola do ponto de vista transformacional é mais do que um prédio de quatro paredes, carteiras e professores em sala de aula. A escola é um lugar, que tem um projeto de transformação, tem um método inspirador a ser trilhado e tem agentes que garantem levar essa criança até o porto final de cada fase. Aqui se adequa confortavelmente o pensamento de que após o contato com a escola, a criança nunca mais será a mesma. Ela entrou em um processo de metamorfose, que a transformará em um ser mais evoluído. Para isto, deve o estado garantir na forma de lei, que a criança tenha a oportunidade de frequentar a escola.

2.1 Leis que garantem o aprendizado da Criança ;

Neste capítulo observamos se a lei maior do país e as auxiliares, garantem o direito à educação como elemento fundamental para o desenvolvimento da nação.

Compromisso nº 1 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

Contribuir para a Redução da mortalidade materna e infantil, garantindo a implementação do Plano Estratégico para a Redução Acelerada da Mortalidade Materno-infantil e visando a sua cobertura universal, dentro de três modalidades:

1. Rede fixa de serviços públicos de saúde, das ONG's e Igrejas;
2. Equipas avançadas e móveis de saúde para atenção a grupos vulneráveis, sem acesso aos serviços de saúde;
3. Atividades de base comunitária e familiar, visando atingir as seguintes metas:
 - a) Reduzir em 50% a atual taxa de mortalidade de crianças menores de 5 anos;
 - b) Reduzir em 50% a taxa de desnutrição de crianças menores de 5 anos;
 - c) Reduzir em 50% a taxa de mortalidade materna.
4. Água, Saneamento e Ambiente para assegurar um ambiente saudável e sustentável às crianças angolanas, através dos seguintes objetivos estratégicos:
 - a) Aumentar o acesso da água potável, na ordem dos 80% até 2012, às populações urbanas e rurais, no quadro do Programa Água para Todos;
 - b) Aumentar, em todo o país até 2012, a cobertura do saneamento para 85% das áreas urbanas e 50% das zonas rurais, alargando a Abordagem Saneamento Total Liderado pela Comunidade (STLC);
 - c) Promover a educação ambiental e práticas seguras de higiene para 25% da população até 2012.

Compromisso n.º 2 – SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Garantir que todas as crianças disponham, a todo o momento, de alimentos com qualidade e variedade, respeitando os hábitos alimentares locais e assegurando o seguinte:

- a) O apoio a programas de segurança alimentar e nutricional de base comunitária, utilizando processos participativos de planificação e execução;
- b) A motivação das famílias e das comunidades, no sentido de adotarem tecnologias adaptadas, inovadoras e práticas;
- c) O reforço da monitorização da disponibilidade de alimentos, a nível nacional, particularmente nos grupos vulneráveis;
- d) A disponibilização atempada de insumos agrícolas às famílias camponesas ou às Empresas Agrícolas Familiares (EAF), em todo o País;
- e) O reforço dos programas de fomento pecuário, a nível das comunidades rurais e periurbanas.

Aqui podemos destacar a garantia da segurança alimentar e nutricional como elemento fundamental, no processo de aprendizagem. Crianças mal alimentadas não conseguem se desenvolver adequadamente no seu cognitivo, e isso representa uma violação aos direitos das crianças e uma garantia do fracasso do desenvolvimento de Angola como uma nação jovem.

Compromisso n.º 3 - REGISTO DE NASCIMENTO

Incrementar medidas que favoreçam o registo de nascimento, incluindo o registo gratuito de crianças com menos de cinco anos de idade, e expandir tal serviço até à base. Isto de forma a assegurar à criança angolana o acesso facilitado e incondicional à cidadania, logo após o seu nascimento, através das seguintes ações:

- a) Continuar a institucionalização do registo civil, nas maternidades e nas Administrações Municipais e Comunaís;
- b) Reforçar a capacidade dos técnicos envolvidos, no processo de registo de nascimento, sejam eles brigadistas ou funcionários fixos;
- c) Incrementar e reforçar as campanhas permanentes de sensibilização e mobilização social com vista à massificação da prática de registo civil, após o nascimento, identificando, para o efeito, parcerias sustentáveis com a saúde, a educação e as igrejas;
- d) Definir um sistema de supervisão e monitoria das acções de massificação do registo de nascimento; e) Definir uma estratégia de comunicação social para a informação da população, relativamente ao registo de nascimento;
- e) Implementar o sistema de base de dados de registos de nascimento, a nível nacional.



fonte: UNICEF link: <https://www.unicef.org/angola/registo-de-nascimento>

O registo civil, passaporte e outros documentos oficiais em Angola, continuam sendo um grande desafio para a população a aquisição dos mesmos. Apesar dos esforços e progressos, o registo de

nascimento em Angola continua a ser difícil para milhões de crianças e sem ele a criança não existe diante da lei e do Estado. Por isso essas crianças ficam longe da assistência educacional garantida por Lei, ou seja seus direitos não são aplicados.

Quem se juntou a esta batalha para ajudar Angola a garantir esse direito às crianças foi a Unicef em seu subprograma de registro de nascimento. Este subprograma conta com o financiamento da união Europeia para cumprir o terceiro dos 11 compromissos de proteção a criança, definida no III Fórum Nacional sobre a criança em 2007, através da implementação das seguintes estratégias:

- Reforço do contexto jurídico e político do registo de nascimento nos sistemas de registo civil de Angola
- Aumento das capacidades técnico-profissionais e recursos materiais das entidades locais para planificar, gerir e monitorizar os serviços de registo de nascimento
- Mobilização social e aumento do conhecimento dos procedimentos correctos de registo de nascimento.

O financiamento em destaque também prevê uma maior divulgação deste direito, para que os pais possam recorrer a um órgão de identificação para efetuar a emissão do registo de nascimento de seus filhos.

Compromisso n.º 4 - EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA

Expandir e melhorar, em todos os aspectos, os cuidados, bem como a educação das crianças dos 0-5 anos de idade com vista a garantir que, em 2012 e a nível de cada município, sejam atendidas, no mínimo, 30% de crianças, através do seguinte:

- a) Garantia de continuidade de funcionamento da classe de iniciação, nas escolas, priorizando, desta feita, as crianças que não tiveram acesso às alternativas de educação Pré-escolar;

b) Ampliação da cobertura dos programas destinados à mobilização e à educação das famílias e das comunidades, nas questões relativas à protecção e ao desenvolvimento da primeira infância;

c) Criação de um programa de formação inicial e continuada de educadoras de infância e de vigilantes de infância.³

Segundo o site “Observatório.pt”, 86% das crianças angolanas, não têm alimentação, habitação e saúde adequadas, para o seu desenvolvimento de forma saudável. Isto com certeza tem um impacto na Educação. Estes parágrafo acima começa tudo de novo.... leve lá para cima onde o temas e a alimentação.... fica difícil ler texto que vai e vem toda a hora...

Aparentemente, além das dificuldades de repasse das verbas para o ensino primário, há um grande abismo no que tange a gestão. Sendo que mais de 50% das verbas para a educação são destinadas ao ensino primário, tendo o ano de 2017 como referência, os velhos problemas persistem.

Visto que em Angola ainda há 1,07 Milhões de Crianças, dos 6 aos 11 anos fora do sistema de ensino, apenas 7% das escolas públicas tem e distribui merenda escolar, dos inscritos 10% abandona a escola, mais de 10% reprovam, portanto repete de ano. E ainda apenas 72% das escolas têm instalações sanitárias para os alunos, 46% oferecem instalações desportivas, sendo Angola um país pequeno e rico, esses problemas podem ser evitados ou solucionados, com políticas públicas bem elaboradas que garantam o acesso à educação tendo em vista também o bem-estar social dessas crianças.

Em uma das entrevistas feitas com o Doutor Oliveira Dom Miguel, ele relata bem esses problemas que muitos alunos têm enfrentado em suas escolas, a escassez de alimentos para suas refeições, que por lei estão garantidas, mas que na prática no dia a dia não se materializa e o abandono total por parte do Estado, que não garante o vaso sanitário para as necessidades

³ <https://www.unicef.org/angola/sites/unicef.org/angola/files/2018-05/11%20COMPROMISSOS%20V%C2%BA%20FORUM%20DA%20CRIAN%C3%87A%202.pdf>

fisiológicas dessas mesmas crianças, assim, nas palavras do Doutor Oliveira Dom Miguel em entrevista:

“Em relação a **merenda escolar**, existe isso do ponto de vista da lei, que as escolas do ensino primário, sobretudo, deviam ter acesso as merendas escolares como um instrumento de incentivo às comunidades ,para que as crianças frequentem a escola, porque outra barreira do estudo aprovado efeito comprovou que, o facto de muitas famílias serem pobres, e não conseguirem dar de comer às crianças, isso de certa forma dificulta muitas crianças de irem à escola, mas a merenda escolar não é extensiva a todo o município, estou falar do meu município, eles selecionam as escolas onde se vai aplicar a merenda escolar, ou seja, aquelas que eles acham que são as mais carentes, mas a própria merenda, também no contexto anterior, agora quase que já não existe essas merendas, vão voltar a esse processo, no contexto anterior, a merenda era um instrumento que permite emergir mixaria, por exemplo; vão para uma comunidade e começam a dar arroz com açúcar para as crianças, quando estavam disponibiliza verbas para darem um arroz com leite (arroz doce) e um pãozinho para as crianças, mudam o cardápio e dão a elas uma batata doce com chá ou sumo (suco) para as crianças.

Então estamos a dizer que, o fato de não existir essa merenda, e atenção, o normal seria que o Diretor gerisse diretamente esses contratos a ter acessos às merendas, mas não! quem gera os contratos é o Administrador Municipal, junto com o Diretor Municipal da Educação, quem contrata as empresas são eles, as empresas dos seus amigos, para fazerem aí o roubo e muita dessa gente são religiosos, são fingidos (mentirosos), eu já não vou para isso por causa disso, estás a ver! Gente que chama Deus todos os dias, mas ainda dilapida o estado de forma desumana sem necessariamente ter noção da realidade concreta que, um roubo pode causar em termos de impacto na vida desse pobre cidadão, que tem que ter a esperança de sair da condição em que vive para uma outra condição, nós não podemos como disse aqui um Sociólogo, que continuamos a ter a cultura da pobreza, “o meu avô foi pobre, meu pai é pobre ,o meu filho é pobre, o meu neto é pobre, não há esperança de que o meu bisneto vai sair da pobreza”. Por quê? porque a educação perpetua esse nível de cenário.” (*grifei*)

Neste relato testemunhamos o desespero com o cenário, em que as crianças são submetidas por causa das políticas públicas, das administrações municipais. E ainda vemos como a burocracia

empobrece mais ainda a vida das crianças, quando as administrações não incluem nas decisões de gestão dos recursos, como o da merenda, a presença da figura do diretor escolar.

2.2. Lei de Proteção e Desenvolvimento da Criança (lei 25/12)

Twana Twangola, uma organização Angolana de assistência social e desenvolvimento comunitário, fundada em 2002 que contribuía com educação comunitária e reforço escolar, acredita numa Angola em que todas as crianças e jovens tenham igualdades de direitos e oportunidades e que se escutam, respeitam e valorizam suas opiniões, e não haja nenhuma forma de violência que prejudique o bom desenvolvimento, a curto médio e longo prazo, da Criança e dos Jovens. Lei 25/12, sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança.

A Constituição da República de Angola consagra os direitos da criança como um direito fundamental, para garantia deste direito, o Estado, a família e a sociedade estão constitucionalmente obrigados a criar condições com vista a educação integral e harmoniosa da criança, a proteção da sua saúde física e mental, bem como para o seu pleno desenvolvimento.

Visando a materialização deste princípio constitucional, o Estado, aprovou um pacote legislativo reforçados com compromissos políticos e sociais, de carácter multissetorial, para promover e assegurar os direitos da criança à sobrevivência, ao desenvolvimento, à participação e à proteção, fazendo parte deste conjunto de medidas designados **11 Compromissos**⁴ que definem um conjunto de tarefas essenciais que devem ser desenvolvidas a favor da criança, nomeadamente:

- i. Compromisso n.º 1 – *Esperança de Vida ao Nascer*;
- ii. Compromisso n.º 2 – *Segurança Alimentar e Nutricional*;

⁴ CONSELHO NACIONAL DA CRIANÇA. V Fórum Nacional sobre a Criança. Junho 2011 – Governo de Angola

- iii. Compromisso n.º 3 – ***Registo de Nascimento;***
- iv. Compromisso n.º 4 – ***Educação da Primeira Infância;***
- v. Compromisso n.º 5 – Educação Primária e Formação Profissional;
- vi. Compromisso n.º 6 – Justiça Juvenil;
- vii. Compromisso n.º 7 – Prevenção, Tratamento, Apoio e Redução do Impacto do VIH/SIDA nas Famílias e Crianças;
- viii. Compromisso n.º 8 – Prevenção e Combate à Violência Contra a Criança;
- ix. Compromisso n.º 9 – Proteção Social e ***Competências Familiares;***
- x. Compromisso n.º 10 – A Criança e a Comunicação Social, a cultura e o Esporte;
- xi. Compromisso n.º 11 – ***A Criança no Plano Nacional e no Orçamento.***

Diante deste 11 Compromissos nossa tese tem como foco os seguintes:

- a. Esperança de vida ao Nascer;
- b. Segurança Alimentar;
- c. Registro de nascimento;
- d. Educação primária;
- e. Competências Familiares;
- f. A criança no Plano nacional e no Orçamento;

Como resultado dos diagnósticos legais e institucionais realizados no quadro da promoção e da proteção à criança, foi identificada a necessidade de ser aprovada uma lei que estabeleça o elo entre os vários diplomas que concorrem para a promoção e defesa dos direitos da criança, ao mesmo tempo, em que dá carácter vinculativo às recomendações feitas pela sociedade no quadro dos 11 Compromissos.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos das disposições combinadas do n.º 6 do artigo 35.º, do artigo 80.º, das alíneas b, do artigo 164.º e c, do artigo 166.º, todos da Constituição da República de Angola a seguinte: Lei 25/12, sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança.

LEI SOBRE A PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA - CAPÍTULO I

Disposições Comuns Artigo 1.º (Objeto e fins)

a. A presente lei tem por objeto a definição de regras e princípios jurídicos sobre a *proteção e o desenvolvimento integral da criança*.

b. A presente lei visa reforçar e harmonizar os instrumentos legais e institucionais destinados a *assegurar os direitos da criança*.

c. A presente lei tem como finalidade estender e promover os direitos da criança, tal como se encontram definidos na Constituição da República de Angola, na Convenção sobre os Direitos da Criança, na Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-Estar da Criança e em demais legislações aplicáveis. Artigo 2.º (Âmbito) 1;

d. A presente lei aplica-se a toda a pessoa com menos de 18 (dezoito) anos de idade;

e. Artigo 3.º (Direitos fundamentais) A criança goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana em geral, sem prejuízo dos direitos fundamentais especialmente destinados à proteção e ao desenvolvimento da criança ou do sistema de proteção e do desenvolvimento integral previsto pela presente lei. Lei 25/12, sobre a Proteção e Desenvolvimento Integral da Criança;

Desta forma os direitos da criança estão previstos tanto na constituição da República de Angola, quanto na Lei 25/12 e outros dispositivos legais de abrangência nacional e internacional. Assim

como destacado objetivamente em negrito e itálico o ditames do objeto da pesquisa, no cotidiano da criança.

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL⁵

- *Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos* e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do *planejamento da gestão da escola* e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como - a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura em suas diversas modalidades:

- as artes;

⁵ UNICEF – Angola

- a escrita;
 - a ciência e a tecnologia.
-
- Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
 - Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

2.2 A Merenda Escolar;

A merenda escolar é uma refeição importante para as crianças que frequentam a escola, especialmente em países em desenvolvimento, como Angola. É conhecido que muitas crianças em Angola vêm de famílias de baixa renda e, por esse motivo, muitas vezes não têm acesso a uma dieta saudável em casa. É por isso que a merenda escolar é crucial para garantir que as crianças tenham acesso a uma refeição nutritiva e equilibrada durante o dia.

A merenda escolar pode ser composta por uma variedade de alimentos, como frutas, verduras, pão, arroz, feijão e proteínas. Além disso, as escolas devem fornecer água potável para que as crianças possam se hidratar durante o dia. É importante que a merenda escolar seja planejada com cuidado, levando em consideração a cultura e as preferências alimentares das crianças.

Infelizmente, em muitas escolas em Angola, a qualidade da merenda escolar é insuficiente e as crianças ainda sofrem com a fome. É por isso que é importante que haja mais investimentos na educação alimentar e na melhoria da qualidade da merenda escolar, a fim de garantir que as crianças tenham acesso a uma alimentação saudável e nutritiva.

Além disso, é importante que as escolas trabalhem em parceria com os pais e as comunidades para aprimorar a merenda escolar. Os pais podem fornecer feedback sobre a qualidade da merenda e ajudar a identificar quais alimentos são mais populares entre as crianças. A comunidade, por sua vez, pode ajudar a fornecer ingredientes frescos e saudáveis para a merenda escolar.

O programa de Merenda Escolar do Governo Angolano, é abrigado pelo Decreto Presidencial número 138/13 de 24 de Setembro de 2013. O mesmo visa combater o insucesso escolar em Angola, possibilitando que as crianças em idade escolar tenham condições nutricionais adequadas. Vale frisar que o mesmo programa abrange escolas de ensino primário públicas, privadas e aquelas que atuam em regime de comparticipação. O artigo 27 da Lei acima mencionada, quanto ao Ensino Primário, estabelece o seguinte:

O Ensino Primário é o fundamento de ensino geral constituído a sua conclusão com sucesso, condição indispensável para frequência do ensino secundário. O Ensino Primário tem a duração de 6 (seis) anos e têm acesso ao mesmo as crianças que completam 6 (seis) anos de idade até 31 de Maio do ano da matrícula. (Lei de Bases, n. 17/2016, ANGOLA).

Vemos então o quanto é imprescindível levar a sério o investimento nestas séries iniciais de ensino. Além do investimento é necessário assegurar a infraestrutura, a capacitação dos profissionais assim como a fiscalização da merenda escolar. De acordo com o mesmo Diploma essa fiscalização é responsabilidade dos órgãos do Estado e das Comissões de Pais e Encarregados de Educação.

Deste modo, nesta temática conclui-se que, a merenda escolar é crucial para garantir que as crianças em Angola tenham acesso a uma refeição saudável e equilibrada durante o dia. É importante que haja mais investimentos e esforços para garantir que a merenda escolar seja de qualidade e acessível para todas as crianças. Juntos, podemos trabalhar para garantir que as crianças de Angola tenham uma infância saudável e bem alimentada. Somente por meio deste programa que pode-se oferecer segurança e qualidade alimentar e incentivar a permanência das crianças na escola.

2.3 O Transporte Escolar;

O transporte escolar é uma questão crítica em Angola, que tem um impacto direto na educação e no futuro das crianças. Muitas vezes, as crianças em Angola vêm de famílias de baixa renda e enfrentam barreiras financeiras e geográficas para chegar à escola. É por isso que o transporte escolar é tão importante para garantir que as crianças tenham acesso à educação.

Infelizmente, o transporte escolar em Angola é frequentemente insuficiente e inadequado. Muitas escolas não têm meios de transporte próprios, o que significa que as crianças são obrigadas a enfrentar longas viagens a pé ou de transporte público para chegar à escola. Além disso, muitos veículos escolares são velhos e inseguros, o que pode representar um risco para as crianças.

É importante que o governo invista em melhorias no transporte escolar para garantir que as crianças tenham acesso seguro e confiável à educação. Isso pode incluir a compra de veículos escolares novos e seguros, a construção de estradas e pontes para melhorar o acesso às escolas, e o treinamento de motoristas escolares para garantir que eles possam dirigir de forma segura e responsável.

Além disso, é importante que haja mais parcerias entre o governo, as escolas e as comunidades para aprimorar o transporte escolar. As escolas podem trabalhar com as comunidades para identificar as necessidades de transporte das crianças e para ajudar a fornecer transporte seguro e acessível. A comunidade, por sua vez, pode ajudar a fornecer financiamento e suporte para melhorias no transporte escolar.

Em conclusão, o transporte escolar é uma questão crítica em Angola e tem um impacto direto na educação e no futuro das crianças. É importante que haja mais investimentos e esforços para garantir que o transporte escolar seja seguro, confiável e acessível para todas as crianças. Juntos, podemos trabalhar para garantir que as crianças de Angola tenham acesso à educação e a um futuro brilhante.

3. A FAMÍLIA NO CONTEXTO EDUCACIONAL

Os pesquisadores Francisco Chocolate (Mestrando em Psicologia Educacional - UNIFIEO) e Licenciado em Psicologia da Educação pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda de Angola); e Carlos Yoba (Pró-Reitor para Cooperação Internacional da Universidade Lueji A'Nkonde-Lunda Norte) observaram, em pesquisa de campo durante dois meses, em Cabinda-Angola, com alunos de 4º classe (em torno de 9 a 10 anos de idade) que um grupo de crianças estava mais expressivo, relaxado, alegre e conseqüentemente com melhor desempenho escolar. Na mesma turma e sala de aula, havia outro grupo que se mostrou mais apático, triste, desinteressado e com resultados escolares menos satisfatórios (artigo: A Educação Social e a Contribuição das famílias).

Aqui, cabe-nos analisar a contribuição da instituição 'família' como parceira ativa na educação dos filhos. Esta questão foi abordada na perspectiva da educação social. Afinal, é primeiramente no âmbito familiar, e depois no escolar, onde os laços sociais são adquiridos, desenvolvidos e fortalecidos. Ressalta-se que o aprimoramento e o fortalecimento do vínculo familiar é de suma importância para o aprimoramento das políticas educacionais. A família desempenha um papel central para o processo de socialização e desenvolvimento dos indivíduos que dela fazem parte.

A educação informal caracteriza-se por ser um processo permanente e não sistematizado. A educação não formal ou mesmo "educação social" é postulada e defendida no âmbito da "pedagogia social". A Família é considerada a instituição básica e fundamental da sociedade. É o grupo nuclear e, ao mesmo tempo, o mais antigo e primitivo "Alves" (1996).

O Relatório à UNESCO, da Comissão Internacional de Educação para o Século XXI, citado por Jacques Delors (2006), no texto "educação um tesouro a descobrir", destaca que a família constitui o primeiro lugar de toda e qualquer educação. Ela é o núcleo fundamental da organização da sociedade, objeto de especial proteção do Estado. O documento reforça que homens e mulheres são iguais na família, na sociedade e no Estado, gozando dos mesmos direitos e tendo os mesmos deveres, e que o Estado é responsável pela promoção do desenvolvimento harmonioso e integral

de jovens e adolescentes. Neste sentido, a família colabora de forma efetiva no processo de aprendizado quando:

- Acompanha as tarefas deixadas pelo professor, para execução em casa;
- Visita a escola quando é solicitada ou não pelos professores;
- Participa das reuniões de pais;
- Conversa e encoraja os filhos quando estes se encontram desanimados pelas dificuldades ou não assimilação de algum conteúdo.

Crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem, indiferença, desânimo e introspecção sofrem a ausência de acompanhamento dos pais em suas atividades escolares. Os pais devem ter, portanto, especial atenção no acompanhamento da educação dos seus filhos, recorrendo ao diálogo, às visitas à escola, à ajuda na resolução das dificuldades escolares.

A família, em colaboração com o Estado, deve assegurar proteção e igualdade para que as crianças alcancem seu pleno desenvolvimento físico e psicológico, garantindo um desenvolvimento futuro sustentável da sociedade. Neste sentido, o Governo de Angola tem desenvolvido iniciativas que promovem a reflexão sobre a relação conjugal e a educação dos filhos, bem como os cuidados de saúde e tem amadurecido as discussões sociológicas sobre desigualdade de gênero, em ambiente escolar e de trabalho.

[1] Organização de Países Exportadores de Petróleo.

[1] Economista e Professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor de diversas agências da ONU, governos e municípios.

[2] Fonte: MINFIN/R.FOGE (Revisto)/2016

[3] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/pac/>»

[4] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/piim/>»

[5] «<https://governo.gov.ao/ao/governo/programas-de-accao-governativa/prodesi/>»

[6] Fonte: Elaboração própria com base em dados do MINFIN, BNA e CEIC/UCAN

4. AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESTADO E ACORDOS INTERNACIONAIS PARA O FOMENTO, DA EDUCAÇÃO PRIMÁRIA DE QUALIDADE

4.1. OGE 2015-2021

Este ano o acordo de Dakar do qual falaremos abaixo, completa 23 anos, desde o momento que foi aliançado entre os chefes de Estados, Angola estava destinando 8,92% do seu OGE para educação. Deste percentual 5,77% para Ensino primário neste período. 13 anos após a guerra, o Executivo cessante Presidente José Eduardo dos Santos (1979-2017), e o vigente em segundo mandato, Presidente João Lourenço (2017-2022 em primeiro mandato) ainda não destina para a educação os 20% acordados.

	OGE 2015	VALOR	%	OBSERVAÇÃO
	<i>Serviços Públicos</i>		15%	
	<i>Ministério da Defesa</i>		12,61%	
	<i>Segurança e Ordem pública</i>		3,00%	
	<i>Educação</i>		8,92%	O mais alto %
	<i>Saúde</i>		5,05%	
	<i>Proteção Social</i>		12,96%	
	<i>Habitação</i>		4,69%	
	<i>Recreação, Cultura e Religião</i>		0,86%	

	<i>Assuntos Econômicos</i>		10,47%	
	<i>Proteção Ambiental</i>		0,51%	
	<i>Operação de Dívidas Públicas</i> <i>(Interna e Externa).</i>		25,93%	

Neste ano, o Executivo angolano, presidido pelo Engenheiro JES⁶ previu e executou um aumento de 6,6%, que representava um pouco mais que um terço daquilo que ficou previsto nos compromissos do Dakar de 2000, que os países investiram em educação.

Este investimento precisou considerar termos do PND 2013-2017 (Plano Nacional de Desenvolvimento). Então, Angola não conseguiu atingir a meta estabelecida e acordada internacionalmente de 20% de seu OGE alocado à educação.

Uma das justificativas, que aparentava razoabilidade, era a crise econômica de 2008 que ainda assolava a tentativa de recuperação econômica do país. Para isso houve a necessidade de ajustes e reformas no sistema, que considere:

- a. a adequação das áreas;
- b. redução de investimentos em subáreas;
- c. estabilização do quadro macro fiscal;
- d. controle da taxa de inflexão;
- e. melhorias na distribuição;
- f. controle eficiente dos recursos;
- g. transparência e prestação de contas.

⁶ José Eduardo dos Santos

Porém, a educação como já vem historicamente em défices, não parece razoável a sua inclusão na lista dos cortes devido à crise. Ela é um investimento de riqueza a médio e longo prazo para a nação.

O acesso à educação de qualidade e gratuita a todos, especialmente a crianças, é um direito do espectro internacional é fundamental para o combate à pobreza, a fome e as injustiças sociais.

Deve então o estado, garantir seu cumprimento, inibindo assim violências simbólicas pela ausência da criança na sala de aula.

Observemos na tabela abaixo, a distribuição dos recursos nas subáreas através do OGE 2016, reforçando assim o argumento levantado na presente pesquisa.

	OGE 2016	VALOR	%	OBSERVAÇÃO
	<i>Serviços Públicos</i>		16,39%	
	<i>Ministério da Defesa</i>		7%	
	<i>Segurança e Ordem pública</i>		6,86%	
	<i>Educação</i>		7,64%	
	<i>Saúde</i>		5,30%	
	<i>Proteção Social</i>		12,63%	
	<i>Habitação</i>		4,47%	
	<i>Recreação, Cultura e Religião</i>		0,55%	
	<i>Assuntos Econômicos</i>		9,82%	

Deste aumento no orçamento destinado à educação, 4,48% foi destinado à Educação primária. Este ano vemos que Angola investe apenas um terço do previsto no compromisso internacional, revelando uma inconsistência no PND (2013-2017), onde a prioridade não é a

educação de criança. Parte desta realidade se justifica pela crise econômica que menciona nos aspecto político, porém não aparenta haver uma mentalidade de que a educação é fator de desenvolvimento econômico.

OGE 2017

A lei de Bases da Educação considera o subsistema da educação pré-escolar, obrigatório. Porém podemos ver nas tabelas acima, uma queda no orçamento geral do Estado. Neste ano (2017), o corte para esse subsistema foi de mais de 67% no repasse. Isso simboliza crianças com menos acesso à educação, no período intrínseco a formal.

Segundo o relatório a distribuição do orçamento geral do estado para educação, também não obedece a uma política que contemple equidade nas províncias. Por exemplo, AKz 835 milhões para merenda escolar na província do Moxico (uma das províncias mais vulneráveis socialmente do país), e Kz 749 milhões para Luanda.

A Lei de Bases da Educação do país estabelece a educação pré-escolar como sendo obrigatória. Todavia, desde o ano de 2017 vêm aumentando os cortes de verbas no setor de educação.

Estes cortes chegaram a mais de 67% do orçamento ao longos deste período, dificultando o acesso à educação a milhares de crianças em Angola, prejudicando seriamente a primeira infância, fase fundamental para o desenvolvimento do cérebro e a formação de cidadãos que vão contribuir para o desenvolvimento da sociedade e ter pleno gozo de suas vidas.

Constata-se, pelo Orçamento Geral de 2017, que o governo angolano está investindo cerca de 6,6% no que foi previsto nos compromissos de Dakar de 2000, ao invés dos 20% que o país se comprometeu em investir, como já citado. Apesar da atual crise financeira, o país precisa honrar seus compromissos internos e externos, especialmente os expressos na agenda 2030, sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, concretamente o Objetivo 4, sobre a educação de qualidade:

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos. (UNESCO, 2017, p. 18).

Vejamos na tabela abaixo, a distribuição do Orçamento geral do estado do ano em referência:

	OGE 2017	VALOR	%	OBSERVAÇÃO
	<i>Serviços Públicos</i>		16,76%	
	<i>Ministério da Defesa</i>		7,26%	
	<i>Segurança e Ordem pública</i>		6,13%	
	<i>Educação</i>		6,76%	
	<i>Saúde</i>		4,30%	
	<i>Proteção Social</i>		9,84%	
	<i>Habitação</i>		4,54%	
	<i>Recreação, Cultura e Religião</i>		0,41%	
	<i>Assuntos Econômicos</i>		12,20%	
	<i>Proteção Ambiental</i>		0,17%	
	<i>Operação de Dívidas Públicas (Interna e Externa).</i>		31,64%	

Uma leitura rápida e leiga do OGE 2017, vemos que há uma distribuição desproporcional, priorizando:

- Dívida Pública;
- Serviços Públicos;
- Assuntos Econômicos;
- Proteção Social;
- Ministério da Defesa.

4.2. O Impacto do OGE 2015 a 2021 na Integralidade Educacional da Criança no Primário.

O caminho que o orçamento financeiro faz até a criança, segundo entrevista com Diretor de escola Pública primária no interior do País, dificulta ainda mais o resultado positivo da educação. O Orçamento é enviado para a administração municipal, que por sua vez repassa a diretoria da Escola.

4.2.1. Impacto do OGE 2016 no ODS 4

Segundo o relatório da Unicef Angola, no folheto de

4.2. Impacto do OGE 2015 a 2021 no ODS 4.1

4.3. Monitoramento E Comparação.

Com os dados levantados, podemos comparar os gastos em educação do governo Angolano, com os de alguns países Africanos e avaliar os resultados positivos e negativos do financiamento (interno ou externo?) à educação.

Mapa Africano dos Gastos com Educação - 2018

Os que Mais Gastam	% do OGE	Os que Menos Gastam	% do OGE
Serra Leoa	32,5 %	Sudão	0,9%
Burkina Faso	22,7%	Angola	6,9%
Togo	21.8%	Libéria	8.1%
Senegal	21.5%	Mauritânia	9.3%
Tanzânia	20.6%	Ruanda	10.8%
São Tomé e Príncipe	20.1%	Uganda	10.9%

Burundi	19.9%	Zâmbia	11.2%
Madagascar	19.8%	Seicheles	11.7%
Maurícia	19.6%	Lesoto	13.9%
Quênia	19.1%	Djibuti	14%
Zimbabwe	19.0%	RDC	14%
África do Sul	18.9%	Guiné Conacri	14.9%
Gana	18.6%	Congo Brazzaville	15.8%
Costa do Marfim	18.3%	Malawi	15.8%
Moçambique	17.9%	Cabo Verde	16.4%

Segundo Carlos do Rosado⁷, as Despesas Públicas da Educação em AKZ, de 2000 a 2019 são as seguintes:

2002	14.000,000
2003	35.000,000
2004	38.000,000
2005	55.000,000
2006	85.000,000
2007	145.000,000
2008	179.000,000
2009	179.000,000
2010	219.000,000
2011	318.000,000
2012	362.000,000
2013	495.000,000
2014	405.000,000
2015	420.000,000
2016	382.000,000

⁷ Economista Angolano.

2017	411.000,000
2018	426.000,000
2019	658.000,000

É oportuno apresentar os recursos e fundos destinado para o ensino primário, em algum destes períodos;

2004	3.342.922.835,40
2005	4.172.822.867,98
2006	4.948.779.336,00
2007	11.776.886.830,66

Os gastos em questões sociais têm sido ao longo da história recente de Angola, baixos se comparados com os investimentos feitos em outros países africanos, pode-se verificar que em 2014 foram destinados 6,16% para o sector da educação. Vide os países abaixo:

- África do Sul;
- Marrocos;
- Namíbia.

Desde que a guerra civil teve o seu término em 2002, alguns dados merecem ser considerados pelos elevados progressos alcançados:

- O índice de mortalidade materna diminuiu em 57,1% para 600 mortes em 100 mil nascimentos;
- A taxa global de mortalidade infantil reduziu-se a 20%, para um em cada cinco crianças;
- A má nutrição também se reduziu, tendo caído de 35% para 23% da população;
- A prevalência de crianças com baixo peso diminuiu de 37% para 16%.

Apesar desses esforços, o impacto sobre resultados de saúde tem sido moderado, a expectativa de vida ao nascer, estimada em 47 anos, em 2010, ainda está entre as mais baixas do mundo (ANGOLA, 2014).

Isso principalmente devido à baixa taxa de cobertura e à falta de qualidade dos serviços. Há também uma discrepância entre o forte investimento em infraestruturas de saúde, isto é, hospitais, centros de saúde, e a distribuição geográfica desigual de profissionais.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da República de Angola (PND) para 2013-2017 inicia um novo ciclo da história e experiência do sistema de planejamento de Angola. De fato, é o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova Constituição do País, após a aprovação da Lei de Bases Gerais do Sistema Nacional de Planejamento.

Situa-se no meio-percurso da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Longo Prazo “Angola 2025”, na fase de Modernização e de Sustentabilidade do Desenvolvimento, centrada na Estabilidade e Crescimento e na valorização do homem. A mesma assenta, em primeiro lugar, na alfabetização e escolarização de toda a população, bases para a formação e qualificação técnico-profissional e formação superior dos seus quadros, essenciais ao desenvolvimento sustentável e equitativo de Angola.

4.4. Desenvolvimento Social

Segundo o documento do Exame Nacional 2015 da Educação para Todos (ANGOLA, 2014, p.12), pode-se constatar alguns avanços nos setores sociais que podem ser destacados:

- Forte expansão do número de alunos no ensino não universitário (15%);

- Melhoria da taxa bruta de escolarização (29% em 3 anos);
- Incremento do número de salas de aula (9%);
- Rápido crescimento do número de alunos matriculados (68%) e de docentes do ensino superior (21%);
 - Aumento do número de bolsas internas (200%) e de bolsas externas (21%);
 - Redução do número de casos de doenças diarreicas agudas (-68%) e de doenças respiratórias (-24%).

Entre os avanços aqui colocados, vale também ressaltar que os indicadores revelaram algumas baixas e prejuízos que acabam afetando o setor educativo, ou seja, indicadores de evolução negativa. São eles:

- Crescimento da taxa de abandono escolar (de 8, 8% para 15,5%);
- Redução da taxa de aprovação escolar (de 78% para 72%);
- Aumento do número de casos de malária (21%), de SIDA 3 (127%) e febre tifóide (95%);
- Redução do número de leitores da Biblioteca Nacional (-25%) (ANGOLA, 2014, p.12).

Países	Duraçã o	Países	Duração
Afeganistão	6 Anos	Espanha	8 Anos
Alemanha Federal	6 Anos	Maurícias	6 Anos
Alto Volta (Burkina Faso)	6 Anos	Moçambique	4 Anos
Angola	4 Anos	Nicarágua	6 Anos
Arábia Saudita Nouvelle	6 Anos	Galles Du Sud	6 Anos
Argélia	6 Anos	Holanda	6 Anos
Argentina	7 Anos	Polónia	8 Anos
Austrália	6 Anos	Portugal	6 Anos
Áustria	4 Anos	Kenya	7 Anos
Bélgica	6 Anos	Serra Leoa	7Anos
Brasil	5 Anos	Síria	6 Anos
Burundi	6 Anos	Singapura	7 Anos
R.C.A.	6 Anos	Somália	4 Anos
Congo	6 Anos	Sudão	6 Anos
Coreia do Norte	6 Anos	Suíça	6 Anos
Coreia do Sul	6 Anos	Tanzânia	7 Anos
Costa Rica	6 Anos	Togo	6 Anos
Chade	6 Anos	Venezuela	6 Anos
China	6 Anos	R.D.C.	6 Anos
Egito	6 Anos	Zâmbia	7 Anos

Tabela 4. Duração do Ensino Primário em 1982 ⁸

Essa comparação feita pela UNESCO mostra que o ensino primário com duração acima dos quatro anos já existe há mais tempos em diversos países.

⁸ Fonte: UNESCO: 1982

Ainda nos valendo dos estudos feitos pela UNESCO um pouco mais atualizados, ou seja, em 2008 pelo seu Bureau Internacional de Educação (BIÉ) e pela Agência Alemã da Cooperação (AAC), da qual Angola foi participante traz evidências de que o ensino primário de seis classes não partiu de uma mera invenção do Governo Angolano, mas é sim um preceito mais universal conforme mostra a tabela:

Países	Duração	Observação
Angola	4 Anos	-
Botswana	7 Anos	-
Burundi	6 Anos	-
Congo	6 Anos	-
Kenya	8 Anos	Divididos em ciclos (1ª à 3ª e 4ª à 8ª)
Maurícias	6 Anos	-
Mali	6 Anos	
Moçambique	7 Anos	Dividido em três ciclos
Nouvelles Galles	6 Anos	Dividido em três ciclos
R.S.A.	6 Anos	-
Senegal	6 Anos	-

Tabela 5. Duração do Ensino Primário em 2008⁹

Coleta e análise dos dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram baseados na experiência do pesquisador em campo, leitura bibliográfica, bem como em entrevistas realizadas com profissionais da área de educação. No entanto, os dados primários são constituídos por documentos escolares fornecidos pelas escolas com as quais o pesquisador teve contato.

⁹ Fonte: UNESCO: 2008

Desta forma as entrevistas semi-estruturadas foram selecionadas como fonte principal de coleta dos mesmos.

Foi escolhida uma abordagem qualitativa para coletar, analisar, interpretar e discutir os dados.

A análise da escola angolana como um ambiente de transformação, foi interpretada a partir das interações entre os saberes científicos, que os alunos estão aprendendo na escola (K), com os valores (V) que adquirem nas comunidades onde estão inseridas e as práticas sociais em suas comunidades, desta maneira como se comportam diariamente (P) (CLÉMENT, 2006).

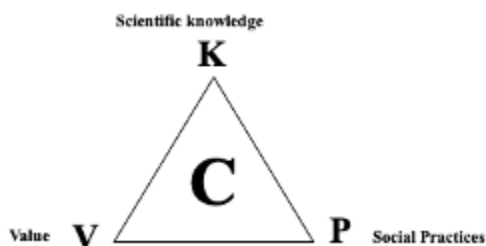


Figure – The KVP model. Conceptions (C) can be analysed in the interactions between the three points K, V and P.

Análise e interpretação das entrevistas

De acordo com Aaker et al. (2001), a utilização de questionários como ferramenta de coleta de dados em uma pesquisa científica, é considerada uma “arte imperfeita”, devido a inexatidão de qualidade e métricas dos dados obtidos. Para esse autor este déficit pode ser minimizado por certos fatores como bom senso e a experiência do pesquisador.

Para esta pesquisa decidiu-se utilizar questionários do tipo semi-estruturado com perguntas abertas, quais foram projetadas para ajudar a perceber quais as percepções que os professores

possuem sobre a escola como um ambiente transformador, bem como as responsabilidades do Estado Angolano para manutenção da mesma.

Desta forma destacamos aqui algumas questões que merecem análise, interpretação e aplicação dos questionários.

Transcrição da Entrevista 1: Lubango

Entrevistado- Sou **Oliveira Dom Miguel**, tenho 32 anos de idade sou Professor há 10 anos no Ministério da educação e trabalhei como Subdiretor Pedagógico de uma escola privada nos anos de 2015 a 2018, nesta altura, depois fui nomeado para uma escola pública para trabalhar com Diretor de uma escola do Primeiro Ciclo que leciona necessariamente a 7^a, 8^a e 9^a Classe. Sou Licenciado em História pelo Instituto Superior Ciências da Educação da Huíla, também sou Mestre em História da África pelo mesmo instituto, e nessa altura está em andamento Doutorado pela USB em Memória e Cultura e Sociedade.

Só não fui para o Brasil porque os brasileiros não me querem no Brasil, nunca dão visto de estudante infelizmente, é nessa altura desenvolvo atividades paralelas como é o fato de que sou professor colaborador do ICEDE, trabalhando necessariamente as disciplinas de História da África 2, História da África 3, significa que são as turmas do 2^a e 3^a ano e também sou professora de uma Faculdade privada UISP onde trabalho as disciplinas de Sociologia das Minorias Éticas, Antropologia africana e Interculturalidade, no semestre passado, ainda também trabalhei com História da África Negra, isso é a minha vida, é isso.

Entrevistador- legal! muito bom, só para entendermos melhor, como se chama a escola que você leciona, do qual você é o diretor?

Entrevistado- Aqui eu não leciono mais, sou apenas o Diretor, deixei de dar aulas na escola pública desde 2018, altura em que fui nomeado e automaticamente deixei de executar as funções de Professor e passei a ser o Diretor, o Gestor o máximo da escola.

A escola chama-se Colégio 915, portanto, antigamente antes de 2018, de acordo com as designações que eram dadas na lei geral do sistema de Ensino Educação que nós tínhamos, que é a lei de base que vinha no ano 2000 mais ou menos, aquela lei de base não previa as nomenclaturas que temos hoje.

Nós temos uma nova nomenclatura, as escolas que lecionam o primeiro ciclo ou seja a 7^a, 8^a e a 9^a classe passaram para a categoria de Colégios, então nós passamos a designar a nossa escola de Colégio 915, mas antigamente era chamada de Escola do Primeiro Ciclo CD, era mais ou menos isto, agora as coisas mudaram, mas no futuro, porque tá agora um projeto em andamento que é dos agrupamentos, estão a tentar criar condições para que escolas que não ofereçam requisitos para que passem a ser autônomas, passarão a ser agregadas as escolas com o mínimo de condições.

E essas escolas com mínimo de condições passaram a ser vistas como escola mãe, nesse caso, a nossa escola passará à condição de complexo, porque na nova nomenclatura os complexos correspondem aquelas escolas que lecionam ou o Ensino Primário e o Primeiro Ciclo, ou Primeiro ciclo e o Segundo Ciclo. E, esses são complexo e a nossa escola vai passar a ter essa categoria no futuro, porque uma escola aqui perto do ensino primário que passará agora a nossa alçada, então passará a ser uma escola do ensino primário e do primeiro ciclo com o cuja a designação será Complexo Escolar 915.

Entrevistador- Então vocês pegam essa fase ensino primário e o primeiro ciclo?

Entrevistado- Futuramente, sim

Entrevistador- ok, me fale um pouquinho também na questão da infraestrutura como que é a situação de energia elétrica aí na escola?

Entrevistado- Olha, nós temos a sorte ou o privilégio de sermos uma escola modelo, ao nível do município da Matala. E, entenda que a minha escola não fica no município do Lubanco, fica no município da Matala, mas na província da Huíla, porque a província da Huíla tem 14 municípios, então a nossa escola é a primeira escola do primeiro ciclo a ter emergido no

município Ela é muito antiga, é aquela que mais formou estudantes no primeiro ciclo e mais envia estudantes para o segundo ciclo para as Escolas médias para os Puníveis no passado aos Magistrados Primários para as Escolas da Formação de Enfermeiros e de Saúde.

A nossa escola foi a que mais formou quadros nesse sentido e a mais antiga também, aliás, ela remonta das décadas de 1980, então isso significa que, só desde 2007 é que temos uma escola com 6 salas de aula, construídas no âmbito de um projeto que tinha sido desenvolvido na altura, pelo antigo governador que antecedeu aí o Governador Isaac Maria dos Anjos, e esse governador tinha inclusive inaugurado nesta escola em primeira instância.

A nossa escola tem energia elétrica, e tem água, mas é claro que ela já está em fase também de degradação pelo tempo, porque hoje temos que fazer a reposição de quase tudo, temos que fazer a reposição também das próprias instalações elétrica que já são antigas, temos que fazer a reposição da canalização de água, reposição do teto falso, do piso, portanto temos entrado para essa condição. Agora, recentemente com o PIMI, plano esse que agora o sistema encontrou para tirarem dinheiro do estado e que agora abandonaram o mesmo PIMI.

Acabamos por ter acesso à construção de uma nova infraestrutura uma escola com 7 salas de aulas, portanto como no mesmo espaço convergem 2 estruturas, estamos agora à espera que nos passem essa infraestrutura, para alargar o número de salas de aula e criar condições para que acolhamos mais estudantes, porque a área onde estamos é urbana, e a população cresce de forma exponencial, portanto a procura e a demanda, é muito grande e pelo nível de exigência e qualidade que nós damos ao processo., Há muita confiança da parte dos pais.

E pais fidelizados fazem questão de tirar seus filhos de suas escolas e levá-los para a nossa escola, mesmo quando vivem em áreas muito distantes, porque acham que ali poderão encontrar uma melhor abertura e uma melhor visão em termos de educação libertária ao nível desse processo

Entrevistador - E como é que as crianças chegam para a escola? Tem algum tipo de transporte público ou os pais é que trazem elas à escola? Há alguma política de transporte para as crianças nessa fase? E, é pensando nisso, qual é a faixa etária concreta do ensino primário?

Entrevistado - Eu trabalho necessariamente com o Primeiro Ciclo, mas o primeiro ciclo trabalha necessariamente com os alunos que tenham como idade inicial 12 anos, com 12 anos estes meninos começam a frequentar a escola fazendo a 7ª classe, para o ensino primário a nossa lei de bases estabelece que a idade mínima para se frequentar as escolas públicas, no caso do ensino

primário é 6 anos, portanto é com 6 anos que os alunos entram para a escola para começarem a frequentarem a iniciação.

Na antiga estrutura legal inclusive, ele podia ter 5 anos, mas, ter a certeza de que vai completar 6 anos até o mês de maio do ano seguinte, nesses casos havia alguma isenção para que ele começasse a frequentar a escola necessariamente a iniciação, porque a iniciação também não é vista como uma classe, porque agora vai passar para a alçada de acordo com o novo estatuto do ensino pré-escolar, ela acaba por ser uma espécie de ano zero.

Portanto há casos em que se aceitam alunos com 5 anos, mas, desde que exista promessa de que vai fazer 6 anos em maio no ano seguinte, ou regra geral ele começa mesmo com 6 anos, fase esta que vai desde a primeira até a 6ª classe, ou seja com 6 anos de vida até ele completar mais ou menos 11 anos, até aí ele já tenha concluiu o ensino primário, e com 12 anos, no ano seguinte, ele vai fazer o Primeiro Ciclo, onde começa por fazer a 7ª classe.

Em relação à outra questão que me colocou sobre os transportes, a nossa lei estabelece que, devia da parte do estado haver a disponibilidade de transportes públicos, para apoiar os estudantes, mais na prática isso não existe;, não existe para as escolas públicas, e, mesmo quando existe para as privadas, os pais devem pagar pelos transportes que eles disponibilizam, por causa de um conjunto de custos que as escolas privadas possuem.

No nosso caso, os alunos que vivem nas redondezas da escola, mais não tão próximo da instituição, esses alunos vêm mesmo a pé, em outros casos aqueles que vivem mais distante aproveitam os táxis, usam o mototáxi, como a grande parte da população que adere a nossa escola é pobre, quer dizer, apesar de termos jovens cujos pais são de uma família mais ou menos da classe média, essa classe média que temos ao nível do país está fragilizada.

Porque é uma classe média que envolve professores, envolve enfermeiros, envolve bancários, mas por conta do poder de compra que ficou enfraquecido, muita dessa classe média sofre, portanto muitas delas nem tem casa, são crianças que cujos pais não têm em casa própria, pagam aluguel, são crianças cujos pais têm um rendimento de até 100.000,00 kz (Cem mil Kwanzas) um valor de USD 229,88 (Duzentos e vinte e nove dólares com oitenta e oito centavos).

Apesar do status, não conseguem frequentar é um restaurante, um hotel um supermercado, muita das vezes até o dinheiro nem serve para cobrir na totalidade uma cesta básica, então, são famílias pobres, porque se tivesse algum tipo de recurso, conforme é banalizada escola pública em Angola, muitos teriam mandado os filhos para as escolas privadas, onde há mais qualidade, maior

rigor, e maior acompanhamento e a maior o comprometimento da parte dos professores da própria direção da escola.

O ensino público continua banalizado porque, não há grande parte de incentivo da parte do estado para que ela funcione, as escolas funcionam sem orçamentos, não há orçamento, por exemplo, nós temos uma escola que é antiga mas, nossas carteiras estão velhas , além disso, temos que colocar 2 alunos a partilharem a mesma cadeira ou a mesma mesa, tem vezes que temos que negar a matrícula de alunos, porque já não há mais espaço disponíveis na escola e mesmo quando nós aceitamos, só aceitamos na perspectiva política, porque do ponto de vista mais técnico não funciona, mas como os políticos às vezes, querem tirar os estudantes fora do sistema escolar, e evitar que exista um tumulto porque os pais vão reivindicar, então nos obrigam a incluir esses alunos ao nível da escola.

Mais de qualquer forma temos que dizer o quê, olha, há um estudo por acaso até, feito ao nível da província da Huíla, sobre o abandono escolar, o meu chefe também participa desse estudo, provou-se o quê, que é a questão do abandono escolar é necessariamente causado por um conjunto de fatores constrangedores ou Barreiras que impedem, muitos alunos de avançarem e concluírem a formação básica ou média.

Por exemplo, uma das Barreiras que eles citam, é a ineficiência do nosso estado , o estado está fracassado, até Certidão de Nascimento não se consegue dar aos cidadão, e muito menos o Bilhete de Identidade, não consegue dar ao cidadão, muitas dessas crianças ficam fora do sistema escolar porque, quando as escolas entram em contato com o país, para fazer um mínimo de registro do estudante ao nível da escola, precisam destes documentos, é o fato deles não terem acesso à Certidão de Nascimento automaticamente são bloqueados de serem escritos e começaram a frequentar a escola.

Depois você tem o fato de que as escolas ao serem construídas, não têm em conta a proximidade entre o cidadão e a escola, há meninos que às vezes tem que caminhar perto de 15 km de casa até a escola, só para frequentar essa escola, claramente eu não tenho muitos desse cenário, não ao nível da minha escola mas, também tenho casos de pais que, por conta da qualidade que a minha escola tem, preferem tirar os filhos das escolas em que estão matriculados, lá no bairro em que vivem.

Muitas escolas públicas não funcionam, os professores faltam demais, muitos professores dominam pouco os conteúdos que lecionam, muitos professores ainda desprezam os alunos, por

causa de tudo isso, a falta de comprometimento dos professores, porque a educação não dá esperança, muitos alunos acabam por sofrerem com tudo isso, porque têm custos com os transportes, têm orçamento para o lanche.

Assim o aluno dificilmente consegue realizar o seu sonho, desse ponto de vista, então que nós temos aqui e acaba por haver uma espécie de violência simbólica e real sobre essas populações, portanto temos uma educação bem categoricamente, que não cria condições para libertar o oprimido pelo, contrário, o oprimido continua a sendo oprimido, mesmo depois de ter passado pela escola ou quando ele se torna liberto, passa a ser um novo opressor, porque essa educação não liberta, então é nesse sentido que nós caracterizamos necessariamente grande parte das escolas públicas que temos ao nível do país, e sobretudo ao nível do município da Matala.

Entrevistador- Então qual é o impacto do orçamento geral, do acréscimo do valor que é destinado para educação primária? Nesse valor destinado para a educação de crianças, recentemente o presidente teve uma palavra de que precisa se priorizar a formação, o combate ao analfabetismo, Angola prescreve todos os acordos internacionais importante no combate à pobreza a qualidade da educação por exemplo, acordo de Dakar, agora por exemplo, acabaram de assinar recente o ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mas lá no final na ponta da linha você não vê nenhuma melhoria nisso no sentido de estrutura educacional.

Entrevistado- Tem um discurso político que quer passar a ideia de que, há vontade política da parte do Presidente, com interesse de melhorar a educação, esse é um discurso político é um discurso de campanha, que ao longo dos 5 anos de mandato em que está no poder se concretizou em algum momento, com o alargamento das infra estruturas, contratação de mais professores, mas isso não tem impacto com o nível da qualidade do ensino, então temos que ser sincero por um lado, por outro, sim, temos um outro problema.

De um tempo para cá, o orçamento que sempre foi disponibilizado para a educação, sempre foi um orçamento ilusório, você falou aí da Agenda 20/63 da União Africana, essa agenda prevê que, há necessidade de fazer-se um grande investimento ao nível da educação em África, porque é a alavanca para o desenvolvimento, nenhuma nação mundial se desenvolveu sem ter uma educação forte, essa agenda inclusive, instou os estados que o orçamento da educação subisse até o máximo 20% do OGE.

Nós temos um estado sim que investe 80% dos seus recursos para as forças armadas, nós temos um estado militarizado, portanto é mais fácil termos um exército forte, não sei se andamos

a nos preparar para que tipo de guerra? Nós não temos uma nação forte que do ponto de vista educativo, tem alguma qualidade e os quadros formados competem com os outros quadros ao nível da região, eu não estou falando ao nível do mundo, ainda da região de África mesmo, portanto não temos uma educação que atraia pessoas da Namíbia, que vem para estudar aqui, pessoas da RDC- República Democrática do Congo, pessoas da Zâmbia, do Ruanda, nós não temos por quê?

Porque há aqui uma espécie de negligência política, essa negligência ocorre por ação ou por omissão, e que faz necessariamente com que não se invista necessariamente ao nível da própria educação, você vai fazer com um orçamento por exemplo, há bem pouco tempo, o orçamento que tínhamos, o máximo que se faz para educação, era um orçamento de até 6%, a pergunta é, esses 6% servem para quê? Por outro lado, quando nós olhamos para nossa estrutura estadual, o orçamento que existe para escolas, muitas das vezes ao nível do ensino primário, é o orçamento que é dado para as Administrações Municipais.

Essas Administrações Municipais retiram um valor que também é cabimentado para as escolas do ensino primário, porque no primário, na estrutura hierárquica, as escolas do ensino primário dependem necessariamente das Administrações Municipais, mas, o Administrador do Município ele é corrupto, acha que ele está interessado em disponibilizar verbas em grandes quantidades para financiar as escolas do ensino primário? Não, o máximo que ele faz é disponibilizar verbas pela direção municipal da educação, que serve para comprar papel, serve simplesmente para comprar impressoras, e não para necessariamente debelar os grandes problemas que as escolas do ensino primário vivem.

Continuamos a ter o problema da infraestrutura, falta de carteiras, professores qualificados, um conjunto de ações que exigem recursos financeiros, e não existe isso, não existe, não se pode esperar que haja algum tipo de impacto na qualidade de informação, que não estamos a ter por exemplo, do que estou a tentar dizer, o que do ponto de vista mais político, esse é o discurso maquiado que nós temos daqui. O presidente (João Lourenço) tem vontade, ele por exemplo disse que é preciso melhorarmos a nossa educação, alunos que não terminam a formação se tornam professores e não saber escrever, é preciso melhorar a língua portuguesa, como é que vai melhorar esse processo se do ponto de vista técnico nós continuamos a não ter um orçamento virado a educação que chega até os 20%? Continuamos a ter o insuficiente para a Educação.

Entrevistador- Não só apenas o orçamento que é deficiente limitado, mas também que, ele vai se dissolvendo pelo caminho que faz né, até chegar na escola chega algo irrisório.

Entrevistado- Ou não chega nada, o Diretor da escola não conhece nada, o diretor da escola não conhece nenhum dinheiro, ele é uma figura que só geri pessoal docente e o pessoal administrativo, inclusive, ouve bem o que eu não estou a dizer, não tem recursos para comprar sabão, para comprar detergente, para comprar uma esfregona, papel higiênico, só para ter uma noção, quer dizer, para manter a escola higienizada, só para ter uma noção, o diretor da escola tem vezes que tem que pegar o dinheiro do seu próprio bolso, do salário dele mesmo, para comprar essas matérias, não tem recursos, nem contrata-se seguranças (Porteiros) para as escolas, nem contrata-se pessoal para cuidar da limpeza nas escolas, está a perceber?

O problema é muito mais complicado do que nós costumamos analisar do lado de fora, estás a ver? logo, esse esforço todo que existe ao nível da escola pública, é uma espécie de favor até, que as instituições fazem para o estado, porque se tivéssemos que olhar para os padrões de como funciona a educação, nós estamos muito aquém dessa realidade, logo não conseguiremos ter qualidade dessa comissão, mas, agora eu podia ter levantado outros problemas por exemplo; a nossa lei de bases determina que por turma, devíamos ter para cada sala de aula 35 alunos, e para o caso de termos estudantes com necessidades especiais, 25 estudantes.

A questão é que, nós temos turmas superlotadas, eu conheço escolas no município da Manuela com 150 estudantes para um professor, aprendem o quê o Dilson? aprendem o quê? Ou seja, há aqui uma atenção que, a educação foi sufocada pelo partido que suporta o poder voluntariamente, para permitir que os indivíduos que passam pelas escolas façam parte de uma história, de uma estatística política, que justifica que realmente existe uma educação que funciona, diante da comunidade Internacional, mas o certo é que, essa educação foi construída para produzir ignorantes que não questionam, não opinam, não criticam e aceitam voluntariamente a situação concreta em que elas vivem, por isso é que a pobreza ficou naturalizada aqui.

Entrevistador- Isso é de rasgar o coração, não é? quanto mais mexemos nesse abismo, mais esse abismo olha para nós, e esse processo do qual você estava mencionado tem três coisas que escaparam aí na sua fala, uma tem a ver com a alimentação das crianças, não sei se elas pelo horário que chegam, se tomam café da manhã em casa? Se a escola não tem condições, dinheiro para comprar um sabão, também não tem condições para providenciar uma merenda escolar? Isso tudo são fatores que acabam prejudicando também o processo de aprendizado da criança.

Entrevistado- Dilson, em relação a merenda escolar, existe isso do ponto de vista da lei, que as escolas do ensino primário, sobretudo, deviam ter acesso as merendas escolares como um

instrumento de incentivo às comunidades ,para que as crianças frequentem a escola, porque outra barreira do estudo aprovado efeito comprovou que, o facto de muitas famílias serem pobres, e não conseguirem dar de comer às crianças, isso de certa forma dificulta muitas crianças de irem à escola, mas a merenda escolar não é extensiva a todo o município, estou falar do meu município, eles selecionam as escolas onde se vai aplicar a merenda escolar, ou seja, aquelas que eles acham que são as mais carentes, mas a própria merenda, também no contexto anterior, agora quase que já não existe essas merendas, vão voltar a esse processo, no contexto anterior, a merenda era um instrumento que permite emergir mixaria, por exemplo; vão para uma comunidade e começam a dar arroz com açúcar para as crianças, quando estavam disponibiliza verbas para darem um arroz com leite (arroz doce) e um pãozinho para as crianças, mudam o cardápio e dão a elas uma batata doce com chá ou sumo (suco) para as crianças.

Então estamos a dizer que, o fato de não existir essa merenda, e atenção, o normal seria que o Diretor gerisse diretamente esses contratos a ter acessos às merendas, mas não! quem gera os contratos é o Administrador Municipal, junto com o Diretor Municipal da Educação, quem contrata as empresas são eles, as empresas dos seus amigos, para fazerem aí o roubo e muita dessa gente são religiosos, são fingidos (mentirosos), eu já não vou para isso por causa disso, estás a ver! Gente que chama Deus todos os dias, mas ainda dilapida o estado de forma desumana sem necessariamente ter noção da realidade concreta que, um roubo pode causar em termos de impacto na vida desse pobre cidadão, que tem que ter a esperança de sair da condição em que vive para uma outra condição, nós não podemos como disse aqui um Sociólogo, que continuamos a ter a cultura da pobreza, “o meu avô foi pobre, meu pai é pobre ,o meu filho é pobre, o meu neto é pobre, não há esperança de que o meu bisneto vai sair da pobreza”. Por quê? porque a educação perpetua esse nível de cenário.

Sempre que ele vai para escola não aprende, sempre que vai para a escola, se for uma menina, ela é assediada pelo professor, sempre que vai à escola, o professor se vinga dela (por não aceitá-lo), sempre que vai à escola não tem infraestrutura, há desistência por algum motivo e as pessoas perdem a esperança, que cada dia que passa catapultaram de uma condição para outra condição, então essa merenda não existe em muitas escolas.

Há muitas pessoas que preferem depois abandonar, preferem ir para as lavras (na roça), para os rituais espirituais mágicos (feitiçaria), para transumância fazendo aí aquela coisa dos cuidados com as posses e acabam por perder oportunidade de darem sequência formação e acabam

por se transformarem em Lumpedos (vagabundos, desprezíveis), tem muitos aqui, então esse é um dos grandes problemas que temos aqui.

O outro problema são as escolas públicas, tem muito problema dos Diretores Incompetentes, porque quem nomeia os Diretores é o Partido ou seja, transformaram um cargo técnico em um cargo político, portanto, o Diretor não precisa ser fiel aos dignos propostos pela lei de base do sistema educativo, ele precisa ser fiel aos interesses do partido que governa, portanto, quanto maior for o nível de ignorância que ele produzir na escola, melhor ainda, então faz-se relatório, faz-se a estatística, é tudo charme, dos alunos que aprovam ,se é que aprovam, porque não pode ter reprovação.

Veja aqui, um outro negócio que está se discutindo sobre a reprovação, quer dizer, temos que eliminar a reprovação nas escolas, mas reprovação na escola significa, o quê? Aumentar o número de alunos que aprovam mesmo quando não saibam, quando que reduzir a reprovação significava, criar outros ambientes de aprendizagem para permitir que esses dados fossem recuperados, mas como é que vai recuperar o Dilson se você não tem um recurso extra para contratar um professor a parte que vai trabalhar com as estudantes e serem ao nível das turmas depilado as deficiências, não há! Não há Dilson.

Entrevistador - Você falou também sobre a questão das meninas, de serem assediadas parece que o desafio é maior ainda para as meninas?

Entrevistado- Porque nós temos a situação de que as mulheres no nosso contexto angolano são minorias, portanto você tem um outro problema do ponto de vista do censo de 2014, o censo revelou que, elas corresponde a mais de 55% da população angolana, mas quando nós olhamos para a participação da mulher no mercado de trabalho, na vida política e tal, ainda há uma espécie de zonas cinzenta, nesse processo, mas esses processos começam necessariamente a partir da escola, porquê ? Porque os instrumentos, equipamentos que são atribuído às mulheres muitas das vezes são diferenciados dos homens, pela forma como a sociedade que é machista e misógina é patriarcal, olha para essas mulheres, que desenho a cultura a religião e a própria sociedade fez sobre as mulheres? São objeto de satisfação sexual, é carne que se abate, “a gaja, que fala a gaja” estou a comer aquela gaja (estou pegando aquela menina), aqui dizem assim.

Esse conceito resvala necessariamente para as escolas também, portanto quando a menina vai para a escola, por mais que seja inteligente, o professor não está preocupado se ele é inteligente, está preocupado com a beleza dela e a capacidade dele vir a abater essa aluna (comer ela), e se ela,

e como não existem muitos mecanismos de proteção dessa menina ou mesmo quando existem, elas dificilmente é levantam a voz para reivindicar para denunciar acabam por se submeter para esse padrão, muitas delas são engravidadas, acabam por abandonarem a escola, algumas são reprovadas por vingança de professores que elas negaram, muitas depois desistem desse padrão.

E mesmo quando elas continuam a formação, contínua a formação, mas produzem um conjunto de deficiências, exemplo; há mulheres que estão a escrever você com duas letras “s” (você), como é que elas chegaram à universidade? Terminaram a formação universitária mesmo quando escrevem você com dois “s”? alguém criou esse sistema de facilitismo para elas, aqui introduziu-se um conceito, “foram vítimas de notas sexualmente transmissíveis”, portanto o que vai acontecer? elas podem até terminar a formação, mas depois, se não continuarem com o mesmo padrão de vida que tiveram que seguir, construído pela sociedade machista ,vão terminar desempregadas e quando a vida já não der mais oportunidades para crescer, vão terminar como zungueiras (vendedora ambulante) vão terminar como prostitutas, é o que acontece muitas vezes.

No nosso contexto, você teria uma sala de aula e que a maior parte delas são meninas mas quando vai ver no relatório em termos de término da formação, o grupo de meninas já reduz, mesmo quando elas avançam, terminando, mas não conseguem ir para o Ensino Médio, porque volta e meia, ficam grávidas, volta e meia se casam, não se está a perceber, o problema é muito mais sério para as mulheres, estamos a construir uma sociedade em que se naturalizou a possibilidade da mulher não acender, por acaso hoje voltei a discutir isso com os meus estudantes e um estudante meu disse assim; professor há trabalhos que as meninas não podem fazer! e eu perguntei; me dê-me só exemplo de um trabalho que uma mulher não pode fazer? ele começou a balbuciar; não, Professor, na polícia! Não! me diz só, o que ela não pode fazer na polícia? não conseguiu argumentar; não é , mais professor, depois elas também não gostam mesmo de estarem ali; não é gostar de estar ali, é que criarmos espaços de privilégios para homens e que de tanto serem masculinizados esses espaços, excluíram as mulheres, nós já devemos ter discutido nesse país, a possibilidade de termos um regime de cotas, criar condições para que as escolas, as universidades criassem espaços em que as mulheres concorrem entre elas até mesmo em termos de emprego, também eu brinco com os meus alunos e os pergunto; quantas Ministras temos? Quantas Governadoras temos? Quantas Administradoras?

O papel da mulher é subalterno ainda nessa sociedade machista ,então temos desafios muito grande, quer dizer, já temos de um lado um sistema educativo estrangulado, do outro lado temos

desafio em relação aos grupos minoritários estou a falar das mulheres ,e se me perguntar sobre os khoisan (Tribo Africana)? Perguntar também sobre os Pigmeus? perguntar sobre os fatos, mas onde é que eles estão? já ouviu falar de quem um Khoisan está no Parlamento? que é Administrador, Professor, que é Médico ?Ainda não estamos a discutir direitos da revolução francesa? 1789? direitos da primeira geração? quando devemos ter avançado pelo menos até os direitos da terceira geração?

Entrevistador - Essas crianças dessas tribos, quando chegam às escolas, elas não têm domínio da língua, não falam português, um outro desafio, geralmente elas precisam aprender o Português na L1, o português não é língua materna, mas o nosso sistema o material ainda é aquele que vem de Portugal? o material didático.



Entrevistado- É assim, avançamos um pouquinho em relação ao material didático, há muito material didático para ser produzido em Angola , mas é Claro, como também muitas discrepâncias do ponto de vista, há muito conteúdo, há muito texto que ainda é esbranquiçado, é muito eurocêntrico, também quando eu falo esbranquiçados, estou a dizer assim; que as personagens que essas crianças nas quais elas entram em contato são personagens brancas, elas acabam por ser

vítima do racismo, do capitalismo global que os estados Africanos não conseguiram resolver, depois das independências.

Portanto já não basta o embranquecimento que temos visto nas TVs e dos jornais, as escolas também são muito embranquecidas, de um lado e de outro, se aflora pouco a existência dos nossos autores nacionais, os escritos dos nossos autores nacionais, então de um lado já temos esse padrão que, necessariamente coloca em causa a identidade dos povos e da nossa região, porque aquilo colapsa necessariamente com a identidade étnica desses grupos,

A formação é dada em português que é língua oficial que é obrigatório que não é mau de um lado, mas de outro lado acaba por produzir reflexos de uma espécie de assimilacionismo que tentávamos deixar antes de 75, porque esse processo assimila mesmo faz ,com que as pessoas abandonem a sua é língua materna e passem a lidar com a língua portuguesa como língua segunda, então várias vezes se discutiu a possibilidade que podíamos ter a língua portuguesa como oficial mas já havia necessário de fazermos a inclusão das línguas angolanas dentro dos currículos,

Existe isso de lei, mas do ponto de vista da execução infelizmente não existe, por exemplo; o professor Felipe Sal, que agora é Ministro ,já tinha proposto na sua tese de Doutorado que, havia necessidade de termos uma educação bilíngue, em que aquela fosse contratado para trabalhar como professor, que pelo menos tivesse domínio de uma língua tradicional para permitir que tivesse a capacidade de articular um ensino do português com alguma facilidade junto da língua local ou seja, você ensina o português sem ele perder a essência cultural africana,

Portanto que está acontecendo aqui é que acabaram de poder uma educação que aliena, e faz concurso sujeitos percam a noção da sua própria realidade, portanto viajam para um mundo que geralmente acaba por não lhes pertencer, claramente isso é um grande desafio que temos tido a discussões profundas, nesse sentido, mas o Executivo, o Estado é muito arrogante, quem suporta o poder não dialoga isso, não cria condições para que nós avancemos, isto é uma educação que exerce uma violência real e simbólica sobre as nossas culturas, e é isso que necessariamente precisa ser debelado ao nível do nosso Contexto.

Entrevistador - Eu não quero abusar da sua generosidade aí, queria fazer uma última pergunta aqui. Como se lida com as crianças com deficiências? Os acessos com relação à Infraestrutura, o mecanismo da Escola diante do desafio de integrar crianças com deficiência?

Entrevistado - Dilson é assim, nesse sentido as escolas não têm equipamentos necessários para lidarem com crianças com necessidades educativas especiais, sobretudo estudantes com cegueira,

crianças surda e mudas, não temos, o que ocorre é que o estado estabeleceu uma lei de que devia haver um processo de inclusão, em que estes alunos deviam ser incluídos dentro das salas em que os outros alunos que não apresentam os mesmos problemas, só que assim, estudo feito comprovou que, inclusão sem condições é exclusão na mesma.

Logo mesmo quando eles fazem parte da estatística política acabam por serem excluídos na mesma, porque quando ele vai para escola não tem um professor que lida por exemplo com a linguagem mímica (Libras), não tem ninguém que lida com o braille, então, esse professor na mesma, cria dificuldade para o aluno, é mesmo só charme! quer dizer passa-se a imagem de que, temos uma escola em que tem alunos com essas necessidades, mas não resolve o problema ,por um lado,, por outro lado o mínimo que as escolas fazem é lidar com estudantes com dificuldades de aprendizagem, ali sim, alunos que chegam até a sétima oitava classe não sabem ler nem escrever não sabem fazer exercícios operações simples de matemática como adição, multiplicação e divisão, esses sim são incluídos dentro de uma estratégia de recuperação, na minha escola acontece muitas vezes, para tentar ajudá-los, mas fora desse quadro é perda de tempo, o que acontece depois é o que ?

Eu lembro-me que quando fui diretor pedagógico de uma escola privada, nós tínhamos um aluno com Necessidade Educativa Especial, aquele aluno não aprovava porque ele dominava as coisas, não, mas porque a escola ficava com pena dele. É discriminação na mesma, não podemos ter pena das Pessoas.

Entrevistador - Eu te agradeço por esse tempo ofereceu um Panorama bem mais abrangente, como você falou muito acertadamente, a nossa visão ainda ela não é tão nítida como você que está no chão da fábrica, está no dia a dia, da vida das crianças, isso está no nosso coração aí como um objeto de pesquisa e continuar trabalhando nessa direção com a história daquele passarinho que tentou apagar o incêndio na floresta, cada um fazendo com o que tiver nas mãos para ser feito.

Entrevistado- eu o tive que ser sincero consigo eu não posso começar a fingir, é preciso que tenhamos a noção disso, já eu acho que eu tenho mais de 7 anos de caminho né, e o que eu vejo é deplorável, então eu penso que esse quadro que tem que ser melhorado, e vocês jovens que estão no exterior a estudar quando voltarem para um país que não se corrompam e percebam sempre na perspectiva de Paulo Freire o sistema pode falhar mas como Paulo Freire dizia “a educação para o pobre é um instrumento de resistência” temos que continuar a resistir! é preciso continuar a resistir,

resistir ao sistema capitalista, autocrático que não entende que é preciso investir na educação, e quando pensa que deve investir, tem medo porque acha que vai perder o poder no dia seguinte, o dia o que essa população acordar, esses governantes não vão conseguir dormir, mas esse povo só vai acordar, o dia que perceber que a educação ,tal como dizia Nelson Mandela “é a arma mais poderosa que podemos utilizar para mudar o mundo” mas essa educação não muda ninguém, pelo contrário.

É uma educação que necessariamente deixa as pessoas de uma condição de subalternização e a sua modernização ficou naturalizada pela maior parte dessa população, quando o sujeito não aprendeu, ele não pensa que não aprendeu porque o sistema falhou, ele entende que não aprende porque foi enfeitado, porque tem algum demônio, a culpa é dele, e esse tipo de ideias é fomentada pelas Igrejas também ,quando falam de libertação, e não sei o quê mais, eu já conversei com alguns pais, que não, a educação funciona quando ela tem investimento, e sobretudo quando também há vontade da parte desses pais.

Hoje nos outros contextos, o grande desafio da escola, é ela que vai à procura do aluno, nós continuamos a ter uma escola em que, o aluno é que tem que vir à procura da escola e quando esse aluno desiste da escola, ninguém se preocupa, é ninguém fica com remorso ninguém faz uma auto acusação todo mundo fica satisfeito com mais um ser que abandona a escola porquê? Porque o Estado percebeu que esse é o melhor mecanismo de manter as pessoas sob dominação, tal como fazia com faziam os Colonos, continuamos a ter esse cenário aqui hoje.

Fazer com que tenhamos pessoas alienadas e como dizia Francis “o alienado é um sujeito que não tem consciência da sua própria Condição” esse cidadão quando tu lhe chamas de pobre depois fica chateado, que não dá quer tirar a camisa e brigar, se ofende ,você diz não, és pobre, tens que lutar para melhorar essa condição, mas ele não aceita, diz eu não sou pobre; mas vive mal, mal estuda, nem tem o mínimo para sobreviver, estás a perceber?

Então há uma série de problemas que precisamos melhorar ao nível da educação, e claramente é um processo burocrático internamente que precisa ser alterado, e eu costumo defender que, é preciso avançarmos para a eleição dos Diretores das Escolas o Diretor deve ser eleito, eu costumo a defender que, é preciso dar um orçamento as escolas e depois, com uma comissão formada, patrulhar a forma como se executa o orçamento, para permitir que esse orçamento beneficia diretamente a comunidade escolar.

Eu também, defendo que é preciso introduzir um sistema que enquadra os melhores quadros desse país, oh Deus! Chega! Chega de olharmos para educação com uma estrutura de acomodação dos militares do MPLA, incapacitados, sem competência para estarem ali construindo uma sociedade meritocrática.

Costumo defender também que, é necessário avançarmos para mais investimento em termos de infraestruturas, porque se não vamos continuar a ter escolas em Laboratórios, não há Laboratório de Química, de Matemática, de Física, de Biologia, nem mesmo de Informática as escolas não têm Biblioteca, eu até tentei ter uma iniciativa com Biblioteca, mas me receberam o projeto, e me disseram:

Não! por que não, vamos começar a colocar o sabão que vai ensinar as crianças a lavarem as mãos aqui na escola.

Mas Diretor isso é Biblioteca, nós construímos com dinheiro dos pais.

Não Oliveira senão você vai ser exonerado do cargo de Diretor, vamos começar a meter sabão para lavar as mãos isso está bom.

A biblioteca que teria servido de espaço para dar acesso ao livro aos estudantes para além daquele parco manual que ele já tem acesso, agora é para pôr lá sabão? Você percebe que há aqui intenções construídas pelo próprio sistema? Porque o sistema não está capacitado para lidar com pessoas que leem, que tem uma consciência liberta, precisam de escravos.

Entrevistador- Muito obrigado por tudo, pelo seu tempo, pelas ricas contribuições neste meu trabalho que pesquisa que com certeza irá agregar muito valor para a Educação em Angola, muito obrigada por tudo. Um forte abraço.

ENTREVISTA 2 - COM DR. ANDRÉ VALENTIM

Nome: Andre de Carvalho Valentim

Provisão: Economista, Professor de Escola Pública e Diretor de Escola Privada.

1- Qual a sua percepção sobre a Escola Pública em Angola?

Resposta: Bom com relação a percepção sobre a escola públicas em Angola eu digo que a citação não é tão boa assim como se esperava de um País como o nosso , com grandes recursos financeiros, mas Infelizmente é o que é.

2- Como é a participação das famílias com a escola?

Resposta: bom primeiro quanto a participação das famílias, na verdade ela é muito muito fraca, tendo em conta as dificuldades que o próprio ensino público enfrenta em Angola, isso é uma situação genérica, e no que diz respeito a questão de pais e tutores é a mesma situação, primeiro nós não temos aqui nas escolas pública o hábito e a cultura de inclusão dos pais ou tutores no processo de ensino e aprendizagem, isso pode até acontecer em algumas escolas privadas mas não no nível do que se esperava do setor privado, talvez porque maior parte dos professores e diretores aprenderam isso na escolas públicas.

3- Fale um pouco sobre a Gestão Escolar do Ensino Primário?

Resposta: E com relação a gestão das escolas primárias bom, as escolas primárias a princípio administrativamente elas estão ligadas a partições Municipais, elas têm algumas autonomias do ponto de vista administrativo para pequenas coisas, mas há muita coisa que infelizmente nesse nível de ensino não funciona no nosso contexto. só para ter noção nas escolas um pouco tempo por exemplo tem sido reduzido por várias razões.

4- As crianças têm merenda escolar?

Resposta: Não existe merenda escolar, há crianças que vão à escola por exemplo com grandes debilidades de alimentação, e com isso então o tempo de permanência é relativamente muito baixo.

5- Sobre infraestrutura, fale um pouco?

Resposta: Quanto a infraestrutura ela é péssima, só para ter noção existem escolas do ensino primário que não existem carteiras para os alunos, as crianças são obrigadas a sentar em pedras, às vezes sentam mesmos sobre o chão e depois, o número de crianças presentes em sala de aula na verdade dá um número muito elevado que não é permitido, em muitos casos, como é que o professor ou a professora vai trabalhar dando mais atenção de forma individual a seus alunos no ponto de vista dessas condições que infelizmente são péssimas?

Nem parquinhos para o recreio as crianças têm, elas não têm para onde brincar e se divertir no intervalo das aulas, o que temos aqui como maior da dimensão aqui para nós no ensino público primário é apenas uma sala da aula, que infelizmente algumas se encontram em péssimas condições de uso, fora isso não tem grandes investimentos .

6- Sobre os recursos do Orçamento Geral do Estado fale um pouco?

Resposta: Quanto aos recursos destinados ao setor da Educação, infelizmente a partir do próprio Orçamento Geral do Estado, a Saúde e Educação ainda continua sendo os setores que recebem as menores parcelas possíveis do OGE e isso infelizmente acaba influenciando negativamente. Os recursos só para ter noção, hoje nós temos ainda em sala de aula muita crianças que frequentam as aulas mas que não tem material didático e acaba terminando o ano letivo infelizmente sem o material Escolar por isso de certa forma acaba sendo uma das grandes causas da dificuldade que vai ter no processo de ensino e a qualidade.

De forma geral o ensino primário público não é em Luanda em Angola no geral infelizmente tem grandes debilidades algumas questões são na verdade superada no ensino privado mas é um número muito reduzido.

ENTREVISTA 3 - COM MARIA HELENA DOS SANTOS

Nome: Maria Helena dos Santos Pedro

Cargo: Professora Primária

Estado: Uíge

Cidade: Damba

1- *Qual é o nome da Escola?*

Resposta: Escola Dezasseis

2- *Quantas salas de aula tem a escola?*

Resposta: A escola tem sete (7) salas de aulas, (2) dois gabinetes, (5) casas de banho (banheiros) e (1) uma sala de professores.

3- *Quantos Professores tem?*

Resposta: A escola tem quinze (15) Professores, um (1) Diretor Geral e (1) Diretor Pedagógico

4- *Quantas classes (turmas) têm?*

Resposta: A escola oferece aulas de iniciação pré-escolar (Fundamental I), até a 6º classe (Fundamental II 6º Ano)

5- *Qual o salário do professor? Eles têm alguns benefícios, como Plano de Saúde, Vale Alimentação ou Refeição, Vale Transporte pago pelo Governo?*

Resposta: Os salários variam conforme a qualificação do professor por exemplo;

Técnico médico AKZ 130.000,00 (Cento e Trinta mil Kwanzas) que equivale a R\$ 1.306,50

Técnico superior AKZ 246.000,00 (Duzentos e Quarenta e Seis mil Kwanzas) que equivalem a R\$ 2.472,30 , alguns professores ganham também em comparação ao tempo de serviço.

Sobre benefícios, o Governo de Angola paga apenas o salário para o Professor e não oferece nenhum tipo de benefício, não temos esses privilégios, só mesmo a aposentadoria que ainda assim é muito inseguro.

6- *Quantos períodos funciona a escola??*

Resposta: A escola funciona em dois períodos:

De manhã Das 8h às 12h

E a tarde das 13h às 17h

7- *Ela funciona a tempo integral para os alunos?*

Resposta: os alunos são matriculados em tempo parcial, devido a grande demanda que a escola tem, para poder atender a grande quantidade de crianças, algumas estudam pela manhã e outras no período da tarde.

8- *Sobre infraestrutura:*

a) A escola tem banheiros, refeitório, e parquinho de brincar para as crianças?

Resposta: A escola tem banheiros, mas você sabe das condições aqui do nosso país, sempre falta alguma coisa, nunca está tudo bem, ora falta, papel higiênico, ora falta água e por aí vai, mas tem algo que podemos chamar de banheiro.

Ela não tem refeitório, pois as crianças acabam comendo nas salas, algumas que trazem lanche de casa, comem na sala na hora do recreio.

A escola também, não tem parquinho para as crianças brincarem no recreio, não tem nada para diverti-las, nem mesmo uma biblioteca para leituras.

9- *Os alunos têm merenda escolar?*

Resposta: Não, o governo não oferece para a nossa escola, os alunos devem ir já a escola com o café da manhã tomado em casa, e passam as 5 horas estudando sem direito a uma refeição e isso também vale para os alunos da tarde, não é oferecido para nenhum alunos, o lanche ou almoço na escola.

10- *Os alunos têm Transporte Escolar Gratuito?*

Resposta: Os alunos não têm transporte escolar gratuito, eles vão mesmo a pé, e muitos deles vivem em comunidades mais distantes da escola, e tem que caminhar cerca de 1 a 3 quilômetros para a escola.

11- *A Escola tem Biblioteca?*

Resposta: Não tem não, nem um projeto para isso tem, tem apenas sala de aulas, e é lá que se fazem as leituras.

12- *O Director da Escola recebe dinheiro do Governo para gerir a escola?*

Resposta: O governo é que cuida diretamente de tudo, o Diretor apenas contrata, e administra as coisas que o governo envia para escola, e se estiver faltando ele emite um documento a secretária da Educação que por sua vez envia ao Ministério da Educação e eles enviam os materiais em falta pelos meios que veio, até chegar à escola nas mãos do Diretor.

13- *O que você acha que está faltando na escola?*

Resposta: Muitas coisas, a escola carece de muitas necessidades, por exemplo como já havia dito, a escola não oferece Parquinho para as crianças brincarem, isso seria um grande incentivo até para elas desejarem frequentarem a escola, ela também não tem uma Biblioteca para incentivar as crianças a leituras, desenvolvendo a imaginação, não tem também um Refeitório, nem para os alunos, muito menos para os professores, porque elas não tenho direito a refeição e olha que eles ficam ali estudando por pelo menos Cinco (5) horas sem poder se alimentarem, e isso impacta muito a qualidade do seu aprendizado, pois nem todos conseguem ter uma refeição adequada em casa por causa das condições financeiras de suas famílias, precisamos também de banheiros bem equipados para ajudar na higienização dos alunos, principalmente dos mais pequenas, e que a escola seja toda pavimentada, se reparares nas fotos que enviei, verás que é puro barro, isso atrapalha muito devido a poeiras e nos dias chuvosos formam muitas poças de lama, dificultando assim o acesso de todos. Nós também os professores também precisamos de mais apoios, meios de qualidade do nosso ensino, mais materiais como computadores, data show nas salas de aulas, e até mesmo alguns benefícios como você havia me perguntado se tínhamos, nós não temos nada disso, não temos esse grande incentivo para continuarmos nesta carreira.

**ENTREVISTA 4 - Um Encarregado de Educação (Pai ou mãe de Criança);
Sofia Yolanda Santos Miranda Dorio - Mãe de Jael Dorio de 4 anos de Idade -
Kilamba - Luanda**

1- Seu Nome

Sofia yolanda Santos Miranda Dório

2- Nome e idade de sua filha

Filha: Jael Kieza Miranda Dório ela tem 4 anos e 9 meses

3- Que escola ela estuda e que classe

A Jael estuda a iniciação primária na Nossa Senhora da Anunciação. É um complexo escolar privado com parceria dos Padres Teresianos. Tem pendor católico.

4- É uma escola nova ou antiga?

É uma escola já com década, é antiga sim, não sei quantos anos tem, mas é antiga sim, ate pela estrutura da pra ver.

5- Ela estudo no período Integral?

A escola não tem Atendimento a tempo integral, então, ela só fica no período da manhã

6- Em que período ela vai a escola?

Ela estuda no período da manhã. Das 8 horas às 11 e 45 minutos

7- Ela tem período de descanso na escola?

Ela não tem intervalo para descanso, mas, aproveita descansar as vezes até durante a aula

8- Na escola dela tem parque para as crianças brincarem?

Parque como tal, não tem. Mas possuem campo desportivo onde fazem a educação física, e brincam no intervalo das aulas.

9- A escola possui biblioteca?

Possuem biblioteca sim. A Jael já fez uso da biblioteca

10- Ela usa transporte Escolar de gratuito?

A escola tem serviço terceirizado de transporte e é remuneratório, não gratuito, mas por ser insuficiente, alguns pais pagam particulares para levar seus filhos. Eu também pago um particular que leva a Jael.

11- Ela ganha os materiais escolares??

Não, a escola não oferece essas condições, os pais compram os matérias escolares em particular e levam para escola no início do ano lectivo.

12- Ela tem direito a merenda escolar?

A escola não proporciona merenda escolar. Possui uma cantina onde os alunos podem comprar e comer. Eu coloco o lanche da Jael na mochila.

13- Na escola ela faz as refeições (Café da manhã, almoço e lanche da tarde)?

Não, a escola não oferece refeições aos seus alunos, mesmo sendo uma escola religiosa, ela é particular, nos pagamos apenas a mensalidade, mas as refeições não estão inclusas. Na verdade, não consta no currículo da escola o momento das refeições, consta apenas intervalos.

14- Os pais conseguem ter acesso ao currículo escolar dos alunos?

Os pais conseguem sim. Além da plataforma online (nunca usei) no final do trimestre, reúnem os pai para entregar o boletim

15- Como é o relacionamento pais, e escola?

Pude participar de uma reunião de encarregados e a Direção da escola e foi muito aberta. Os pais esperam todas suas preocupações e a escola se pronunciava

16- Existe algum conselho de pais na escola, que são consultados na diretoria para discutirem algumas questões em relação ao currículo escolar dos alunos?

Existe sim. Tem um responsável pelo conselho de pais que leva as questões a Direção da escola, ou seja, um único responsável que representa os pais, e isso me parece até certo ponto eficiente

17- Como você avalia a escola?

É uma escola conservadora, exigente no que concerne ao ensino e transmissão de valores morais, religiosos e cívicos. Foi isso que me encantou neles e despertou em mim o interesse de matricular a minha filha.

18- Você acha que está faltando alguma coisa que poderia melhorar o bom andamento da escola?

Eu gostava que o serviço deles fosse extensivo, ou seja que tivesse um Atendimento a tempo Integral onde as crianças, permanecesse até a hora que os pais regressam. Que fornecessem materiais escolares ao aluno, pelo menos o básico: livros, lápis etc. Cada aluno tivesse seu cacifo (guarda volume) para guardar suas coisas. Tivessem visitas de estudos com as crianças, mais atividades lúdicas por conta da escola. Ali quase tudo é pago.

19- Ao seu ver como é a infraestrutura da Escola (o edifício, seu estado de conservação)

A escola é grande, mas eu gostava que para iniciação houvesse mesmo espaços verdes, parque de diversão para o recreio para deixar as crianças bem à vontade ao invés de ocuparem o espaço com os campos de futebol para treinos. Em termos de conservação a escola está boa.

20- A sua filha possui uma carteira própria, compartilha com alguém ou precisa levar alguma para se sentar na sala de aula?

Ela possui cadeira própria. A mesa de estudo é grande, redonda e se sentam 4 a 5 crianças. Estilo das creches. Para que elas interagem melhor umas com as outras.

21- A escola possui banheiros para uso?

Possui banheiros sim, com as mínimas condições claro, mas, possui sim.

22- Ela paga mensalidade?

Sim, por ser uma escola privada ela paga sim, um valor de R\$257,19

23- Ela usa uniformes Caso sim, eles São fornecidos pela escola ou os pais é quem compram?

Ela usa uniforme, a escola terceirizou esse serviço e os pais compram os uniformes para seus filhos.

Considerações Finais

O presente estudo vem para suprir uma lacuna concernente à reflexão dos compromissos do Estado Angolano com a Educação, mas especificamente seus compromissos financeiros. Vivemos em uma sociedade capitalizada, todas as nossas discussões culminaram em quanto vai custar e quem vai pagar. No entanto, ainda existe um déficit de estudos sobre as responsabilidades do Governo de Angola com relação ao seu investimento em educação bem como os mecanismos e instrumentos de prestação de contas.

Assim sendo, esta pesquisa visa auxiliar pesquisadores, acadêmicos e todos aqueles que se interessam pelo papel da escola angolana como um instrumento de transformação social. Desta forma queremos neste subtópico apresentar algumas conclusões e recomendações derivadas de todo o estudo. Tais sugestões foram traçadas à luz da problemática levantada, dos objetivos, do referencial teórico e das principais descobertas do estudo. Por ser um país em desenvolvimento Angola tem enfrentando numerosos desafios concernente ao desenvolvimento econômico, o que vai impactar diretamente nos seus investimentos em educação.

O estudo mostrou que as promessas feitas em programas internacionais, bem como os valores do OGE destinados à educação, ficam aquém da necessidade da escola angolana, falhando essencialmente nos aspectos concernente à transparência e ao desvio de fundos. No que concerne ao professor como agente central de mudança percebemos que a grande maioria destes está insatisfeito e até mesmo frustrado com a profissão, não vendo sentido em seu trabalho, sendo mal remunerado, e vivendo com um senso de abandono por parte do Estado. Por outro lado, existe falta de coesão entre todos os sujeitos participantes do processo educativo, Escola-Família-Sociedade. Percebe-se ineficácia nos programas de ensino e no currículo escolar. Segundo Palmer (1998), os países com programas fracos de educação apresentam três características principais:

- Governos que priorizam o progresso econômico em detrimento da proteção ambiental,
- Recusa em cumprir os termos de alguns acordos internacionais,
- e sociedades que são materialistas ao ponto de marginalizar as questões educacionais básicas.

Desta forma, eis as nossas recomendações. Em primeiro lugar, é necessário instituir-se instrumentos de fiscalização por parte da sociedade civil no que concerne à responsabilidade do Estado em cumprir seus compromissos financeiros e a penalização de desvios de fundo. Em segundo lugar, deve-se criar diversos programas de fomento e valorização da carreira docente assim como incentivos aos sindicatos e/ou órgãos que zelam pela proteção e valorização dos profissionais a fim de que os direitos destes sejam garantidos na medida do possível. Em terceiro lugar, parcerias relevantes devem ser formadas entre o estado e a sociedade civil, a fim de possibilitar que todos os agentes sociais que formam a escola cumpram seu papel, assim como é feito em vários países desenvolvidos.

Conclui-se que existe um caminho longo a ser percorrido com relação ao papel do estado, das famílias e da sociedade civil em perceber a escola como espaço de transformação social, no entanto esse é um caminho que já vem sendo percorrido, passos já foram dados na direção certa, e que apesar dos atalhos rumo a direção errada, existe um caminho certo, e sabemos qual é. Pode-se afirmar que com base nos resultados obtidos e analisados, os objetivos traçados foram alcançados.

BIBLIOGRAFIA

1. FERREIRA, Maria João da Silva Mendes. Educação e Política em Angola. Uma proposta de diferenciação social, Cadernos de Estudos Africanos, p.105-124, 2005
2. NGULUVE, Alberto Kapitango. Política Educacional Angolana (1976-2005), Organização, Desenvolvimento e Perspectivas
3. UNESCO-UIS. *Les adolescents non scolarisés*. Montreal: Unesco-UIS, 2010
4. FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1974
5. FREIRE, P. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.
6. FAUNDEZ, A. Paulo Freire e sua influência na América Latina e África. In: ENCONTRO INTERNACIONAL FÓRUM PAULO FREIRE, 7., Praia, set. 2010. Disponível em: <http://www.ipf.org.cv/forum2010/index.php?option=com_content&view=article&id=73:comunicacao-de-conferencistas&catid=36:anuncios&Itemid=81>. Acesso em: 30 mar. 2012.
7. OLIVEIRA E.C.; PIRES, M.F.; VENTORIM, S. *Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador*. Vitória: Edufes, 2000.
8. FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. *A África ensinando a gente*: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe. São Paulo: Paz & Terra, 2003.
9. The State and social security policies toward labor: the Argentine case. Tese de doutorado. University of Pittsburgh, 1979. cap 1. Traduzido por Maria Teresa Macieira Sousa.
10. FAUNDEZ, A. *Oralidade e escrita*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1989.
11. AMOS, Karin. Governança e governamentalidade: relação e relevância de dois conceitos científico-sociais proeminentes na educação comparada. 2010, p. 2
12. RAMOS, Joaquim, Português Institucional e Comunitário, Universidade Carlos IV, Praga, 2010
13. SANTOS, Marion Baumgart dos.: avaliação do programa de alfabetização e aceleração escolar – paee – na província de kwanza sul, 2011 – angola
(https://www.unicef.org/evaldatabase/index_68372.html).

14. ROSENAU, James N. “Governança, Ordem e Transformação na Política Mundial”. In: Rosenau, James N. e Czempiel, Ernst-Otto. Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial. Brasília: Ed. Unb e São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000. pp. 11-46.
15. Rezende, M. J. de. (2012). Os Relatórios do Desenvolvimento Humano e a ampliação do acesso à educação aos grupos mais pobres: em pauta o debate sobre capacidades, habilitações e igualdade de oportunidades. *Interações*, 21, 124-151
16. CABRAL, Joaquim (Organizador) CAARE, Comissão de Acompanhamento das ações da Reforma Educativa, 2010
17. Rezende, M. J. de. (2014). Os Relatórios da UNESCO de Monitoramento das Metas Denominadas Educação para Todos (REPT) e os destaques dados às ações do governo brasileiro. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.02, n.3, pp. 19-36,.2014
18. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O é que educação. 1ª ed. São Paulo. Brasiliense: 1981
19. DELORS, Jacques et.al.. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI. 10ª São Paulo: Cortez, Brasília, DF: MEC: UNESCO,2006.























